

Juvenal Lima Gomes

**Condições de vida do passado, conquistas do presente: a luta
das associações comunitárias do Aglomerado Santa Lúcia por
cidadania**

Volume I

Coimbra
2011



UNIVERSIDADE DE COIMBRA

Condições de vida do passado, conquistas do presente:
a luta das associações comunitárias do Aglomerado Santa Lúcia por cidadania

Juvenal Lima Gomes

**Condições de vida do passado, conquistas do
presente: a luta das associações
comunitárias do Aglomerado Santa Lúcia por
cidadania**

Volume I

Dissertação de Mestrado em Sociologia, sob orientação do
Professor Doutor Carlos Fortuna, apresentada à Faculdade
de Economia da Universidade de Coimbra

Coimbra
2011



UNIVERSIDADE DE COIMBRA

*Aos moradores do Aglomerado Santa Lúcia, cujos sonhos são
capazes de transpassar céus e oceanos.*

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus em sua força incompreensível a minha razão. Aos meus amados pais, José Clemente e Mariana, que apostaram sempre convictos nos sonhos de seus filhos. Aos meus irmãos e suas adoráveis famílias, também minhas, que sempre se revelaram apoiadores e solidários aos meus devaneios. A minha corajosa e amável esposa Daniele, que assumiu no fardo da distância apostar na oportunidade recebida pelo seu visionário marido. Aos meus amigos da Fundação Ford, minha segunda família em Coimbra. A todos os amigos e colegas que fiz em Portugal, apoiadores e cúmplices no esquecimento da saudade. A cada liderança comunitária do Aglomerado Santa Lúcia, que gentilmente me recebeu e tornou possível contar essa história.

A Paróquia Nossa Senhora do Morro, presente na oração e no compromisso cívico em tornar memória a história de nossa gente. A União Comunitária da Barragem Santa Lúcia e Centro de Defesa Coletiva da Vila Santa Rita de Cássia, por cederem a consulta aos documentos da Instituição e prestarem todo apoio necessário à pesquisa. A Fundação Carlos Chagas, que através da sua equipe de trabalho responderam prontamente a todos os apelos burocráticos que foram necessários a minha permanência em Coimbra. Ao Programa Internacional de Bolsas de Pós Graduação da Fundação Ford, que apostou em mim como liderança social e em meu potencial acadêmico, financiando todas as minhas despesas em Portugal.

A Universidade de Coimbra, pelo conhecimento oferecido através dos professores do Mestrado em Sociologia. Ao meu orientador, presença indispensável ao mergulho interdisciplinar com a Sociologia. A minha revisora, por me auxiliar na árdua tarefa de tornar esse trabalho um convite agradável ao leitor.

Enfim, a todos aqueles e aquelas que a injustiça e o rigor dessas poucas linhas não me permitam dizer, muito obrigado!

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
CAPÍTULO I - CONCEITOS ESTRUTURANTES DA INVESTIGAÇÃO:.....	17
I.1 Favela ou Aglomerado: eis a questão!.....	17
I.2 Associativismo de Bairro e Movimentos Sociais	20
I.3 Religião e Política.....	24
I.4 Democracia e Cidadania: A busca por um mesmo horizonte.....	27
CAPÍTULO 2 - O MORRO NA CIDADE:.....	30
2.1 O meu lugar	30
2.2 Mobilizar é preciso.....	37
2.3 A conquista de equipamentos públicos	47
2.4 Ser cidadão de Belo Horizonte	50
CAPÍTULO 3 - A POLÍTICA COMO CAMINHO:	53
3.1 A alternativa das associações comunitárias	53
3.2 Desafiando o Regime Militar	62
3.3 Partilha de poder ou cooptação?	66
3.4 O novo modelo de mobilização.....	69
CAPÍTULO 4 - “DEMOCRATIZANDO A DEMOCRACIA”:	72
4.1 O legado do Associativismo de Bairro	72
4.2 Por uma Constituição Cidadã.....	78
4.3 Credibilidade e resposta	81
4.4 Mobilizar para existir	82
CONSIDERAÇÕES FINAIS	84
Anexos.....	89
Referências Bibliográficas.....	92

*“Diante do colar belo
como um sonho admirei,
sobretudo o fio que unia
as pedras e se imolava
anônimo para que todos
fossem um.”*

(Dom Helder Câmara)

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABC - Programa de Abastecimento Alimentar da Prefeitura
AEIS - Áreas Especiais de Interesse Social
ASL - Aglomerado Santa Lúcia
CEBs - Comunidades Eclesiais de Base
CDC – Centro de Defesa Coletiva
CEMIG - Companhia Energética de Minas Gerais
CF – Constituição Federal
CHISBEL - Coordenação de Habitação de Interesse Social de Belo Horizonte
COPASA - Companhia de Saneamento de Minas Gerais
FAMOB - Federação das Associações de Bairros, Vilas e Favelas de Belo Horizonte
GTZ - Sociedade Alemã de Cooperação Técnica
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ONG - Organizações Não Governamental
OP – Orçamento Participativo
PCdoB – Partido Comunista do Brasil
PRN - Partido da Renovação Social
PRODECOM - Programa de Desenvolvimento de Comunidades
PROFAVELA – Programa Municipal de Regularização de Favelas
PSDB – Partido da Social Democracia Brasileira
PT - Partido dos Trabalhadores
SERVAS - Serviço Voluntário de Assistência Social
UCBSL - União Comunitária da Barragem Santa Lúcia
UDC - União de Defesa Coletiva
UFMG – Universidade Federal de Minas Gerais
URBEL - Companhia Urbanizadora de Belo Horizonte
USP - Universidade de São Paulo
UTP- União dos Trabalhadores da Periferia
ZEIS - Zona Especial de Interesse Social

RESUMO

Este trabalho consiste em problematizar a contribuição do associativismo de bairro no processo de reabertura democrática do Brasil entre os anos 1970 e 1980. Para isso, vale-se do estudo de caso acerca das associações de bairro União Comunitária da Barragem Santa Lúcia e Vila Santa Rita de Cássia, localizadas em Belo Horizonte. Analisa a contribuição dos Movimentos Sociais na incorporação de elementos estruturantes da cidadania na Constituição Federal de 1988. Ademais, contextualiza o modelo moderno de democracia e o uso da modalidade de participação popular através do Orçamento Participativo, buscando perceber o legado deixado às associações de bairro após sua implantação.

ABSTRACT

This dissertation addresses the contribution of neighborhood associations in the process of Brazilian re-democratization between the years 1970 and 1980. In order to do so, it relies on the case study of neighborhood associations “União Comunitária da Barragem Santa Lúcia” and “Vila Santa Rita de Cássia” in the city of Belo Horizonte, Brazil. It analyzes the contribution of Social Movements in the incorporation of structuring elements of citizenship in the Federal Constitution of 1988. Moreover, it contextualizes the modern model of Democracy and the use of popular participation through Participatory Budget to understand the legacy left to the neighborhoods associations after its implementation.

INTRODUÇÃO

Neste trabalho dedicaremos-nos ao estudo das associações de bairro: União Comunitária da Barragem Santa Lúcia (doravante, UCBSL) e Associação Comunitária da Vila Santa Rita de Cássia. Essas associações foram escolhidas como *corpus* para o estudo de caso, por favorecem a compreensão do papel que as associações de bairro, nas décadas de 1970 e 1980, desempenharam para o aperfeiçoamento da democracia e cidadania no Brasil. Tema que ainda precisa ser analisado seja pela História ou Sociologia.

As associações em questão situam-se na cidade de Belo Horizonte, uma das seis cidades planejadas do país¹, além de ser a capital do Estado de Minas Gerais, localizado na Região Sudeste do Brasil. A cidade é a terceira maior do país, antecedida apenas por São Paulo e Rio de Janeiro. Possui, hoje, uma população de 2.375.444 habitantes², tendo vivido, a partir de 1970, um vertiginoso crescimento populacional, com a população quase a se duplicar em 40 anos. Sua principal atividade econômica está voltada para o comércio e prestação de serviços.

Em Belo Horizonte, essas associações estão localizadas na segunda maior favela da cidade, o Morro do Papagaio, também conhecida por Aglomerado Santa Lúcia (doravante, ASL). A história dessa comunidade acompanha a história de Belo Horizonte em seu adensamento populacional ao longo do século XX, sobretudo na segunda metade, e pode ser vista também como um espelho dos desafios estruturais impostos a essa capital pelo êxodo rural.

A escolha por essa temática envolve uma inquietação pessoal e científica por não encontrar na memória oficial do município de Belo Horizonte referências da participação de moradores de favelas na construção da cidade e na sua história. Alijadas da história, os movimentos políticos internos a essas favelas, bem como seus impactos na cidade formal³

¹Cidade planejada corresponde aquela em que sua construção é feita a partir de um projeto ou plano diretor previamente analisado antes de sua execução.

² IBGE 2010, disponível em: http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/populacao_por_municipio.shtm

³Identificamos por cidade formal a ocupação urbana regulamentada conforme diretrizes estabelecidas pela prefeitura.

também foram omitidos ou reduzidos em sua real importância. Desse modo, depositamos nesse trabalho a esperança de minimizar a injustiça acerca dos silêncios que se produziram no que tange à contribuição dos mais diferentes grupos sociais na construção da democracia e da cidadania brasileira.

Para elaboração desse trabalho partimos então das seguintes hipóteses:

- I- As décadas de 1970 e 1980 constituíram um período significativo na História do Brasil para a compreensão do papel que os segmentos populares, através do associativismo de bairro, teriam desempenhado no contexto da abertura democrática e o aperfeiçoamento da cidadania no país.
- II- A Teologia da Libertação, em sua expressão ideológica de uma Igreja Católica mais próxima dos pobres, converteu-se através dos religiosos que a representavam, em um importante instrumento de mobilização e organização comunitária.
- III- O enraizamento da associação comunitária estaria diretamente associado a sua eficácia no papel de mediadora na resolução de conflitos ou demandas internas junto ao poder público.
- IV- A visibilidade de uma comunidade, no que confere ao tratamento de seus moradores como “cidadãos de Belo Horizonte”, estaria diretamente associada à capacidade dessas comunidades, a partir de associações de bairro, de se mobilizarem e pressionarem o poder público para o cumprimento de seus direitos.

Para nos aproximar às respostas para essas hipóteses foi necessário buscar os seguintes objetivos:

- I- Analisar a dinâmica organizacional das associações: UCBSL e Associação Comunitária da Vila Santa Rita de Cássia nas décadas de 1970 e 1980.
- II- Perceber quais os fatores contribuíram para esse movimento coletivo.
- III- Entender o processo de auto-organização das comunidades Barragem Santa Lúcia e Vila Santa Rita de Cássia por meio de associações de bairro.

- IV- Identificar as formas como se estabeleciam a mobilização interna e externa da UCBSL e Associação Comunitária da Vila Santa Rita de Cássia.
- V- Analisar a interlocução dessas Associações com o poder público, ainda em sua versão ditatorial, e seus impactos.

Optamos, na realização dessa pesquisa, pelo uso de dados qualitativos coletados a partir de entrevistas semi - diretivas, análise bibliográfica específica e teórica acerca do tema e conceitos abordados. Além disso, realizaram-se análises documentais da Paróquia Nossa Senhora do Morro, Associação Comunitária da Vila Santa Rita de Cássia e da UCBSL.

Apesar de não serem produzidos por essa pesquisa, o uso de dados quantitativos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE e do Observatório de Políticas Urbanas da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais também se faz presente, como forma de ilustração do conjunto de afirmações que são feitas ao longo desse trabalho. Em geral, os números aqui apresentados refletem o desordenado crescimento populacional e a dinâmica do associativismo de bairro em Belo Horizonte. Também procuramos ilustrar o quão significativo é a política organizacional apresentada na região Centro - Sul da Cidade, a fim de salientar o protagonismo político-cultural que se verifica na comunidade estudada.

As 11 entrevistas desse trabalho foram realizadas com as primeiras lideranças⁴ das associações pesquisadas, dentre outras da década de 1990, perfazendo o total de 15 horas de gravação. Acredito que minha relação com os entrevistados, seja como morador, seja como militante, seja como amigo, possibilitou um depoimento exclusivo, repleto de significado histórico e sociológico, que foi pela primeira vez explorado em seu conjunto.

As lideranças escolhidas para as entrevistas foram aquelas que atuaram na fundação das associações pesquisadas, bem como compuseram sua diretoria nas décadas de 1970 e 1980, sendo criadas algumas exceções para efeito de análise processual da atuação das associações na comunidade. Optou-se por identificar os entrevistados em seus depoimentos, dado constituir interesse dos mesmos, tornando-se metodologia da pesquisa. Ressalta-se, porém, os devidos cuidados éticos com a edição para publicação dessas entrevistas, também já previamente autorizada. Todas as entrevistas foram transcritas na

íntegra, todavia, utilizamos aqui apenas os trechos que melhor se adequaram às análises propostas.

A relação privilegiada com os entrevistados também pode ser percebida pelo acesso irrestrito à documentação das associações pesquisadas e da Paróquia local. A adesão dos entrevistados e das instituições permitiu que fossem catalogados e utilizados nessa pesquisa 783 documentos, que pela primeira vez foram consultados e utilizados em uma pesquisa acadêmica.

Nas entrevistas e consultas documentais foi apresentado para os entrevistados e instituições, cuja documentação foi pesquisada, os objetivos da pesquisa e sua finalidade acadêmica. Desse modo, ficou o pesquisador autorizado a utilizar, divulgar e publicar, para fins acadêmicos e culturais o referido depoimento ou documento, no todo ou em parte, editado ou não, bem como autorizar a terceiros o acesso ao mesmo para idênticos fins, com a única ressalva de sua integridade e indicação de fonte e autor.

Outro método que também orientou esse trabalho foi a observação participante⁵. A atuação por 15 anos em trabalhos comunitários na região analisada, teria proporcionado uma análise endógena do objeto pesquisado, embora a distância temporal tenha favorecido algum distanciamento.

Não pretendemos aqui trilhar um caminho que ambicione total isenção ou imparcialidade. Podemos refletir que humanizar a ciência é reconhecer que a produção científica é uma produção humana e em função disso não está isenta de nossas imperfeições humanas, bem como nossas preferências ou inclinações. Conforme problematiza Norbert Elias, seria o cientista que não possui ideais ou idéias pré-concebidas capaz de fazer ciência? (apud Elias, 1997: 38). A essa ambição de isenção total, comparamos a mesma utopia pela verdade absoluta, outrora concebida até mesmo como ciência.

Conforme Gramsci:

o intelectual não pode saber sem compreender e sem estar apaixonado pelo objeto do saber, sem sentir as paixões elementares do povo e relacioná-las dialéticamente às leis da história, as relações do intelectual com o povo nação

⁵ A metodologia pautada na observação participante estabelece o conceito de investigação científica como um processo social. A existência de um maior envolvimento entre investigador e o “objeto” de sua análise, representaria um fator potencializador do resultado de sua pesquisa (apud Estanque, 2003).

são ou se reduzem a relações puramente burocráticas e formais” (Doimo, 1984: 17ss.).

A paixão apresentada por Gramsci evoca a possibilidade de se fazer ciência embuído de maior envolvimento com o objeto pesquisado. Apesar de constituir uma linha tênue entre a utópica neutralidade científica e o ativismo político ideológico, essa proximidade pode também ser compreendida como otimizada da investigação. A ausência de proximidade com o objeto é posto dessa forma como uma “burocratização da ciência” que reduziria as suas potencialidades científicas, em função do absenteísmo do próprio pesquisador

Na qualidade de pesquisador procurei garantir o distanciamento, realizando uma análise que é anterior ao meu período de militância nas comunidades. No que diz respeito às entrevistas, essas foram feitas com todas as lideranças que poderiam contribuir com os objetivos da pesquisa, independente da afinidade ideológica com o pesquisador. A utilização ou não das fontes teve como baliza fundamental os objetivos da pesquisa. Ademais, o único distanciamento que não foi possível manter foi o sentimento de pertença, o que não permitiu manter a indiferença perante análises que não condiziam com minha vivência enquanto morador.

Procuramos, nesse estudo, valer-nos de terminologias que encontrem ressonância junto aos moradores do ASL ao que “morador”, substitui a expressão “favelado”⁶, assim como outros termos por nós entendidos como pejorativos ou elitistas, usados indiscriminadamente em importantes referências bibliográficas desta pesquisa, bem como outras designações que façam referência ao morador e que não partilham de uma auto-identificação, com diversos conceitos formulados arbitrariamente pela academia.

Esse trabalho constituiu um esforço de análise Histórica, Sociológica e Antropológica, voltado a uma narrativa descritiva e interpretativa acerca do objeto pesquisado. Ao longo de nossa investigação fizemos uma caracterização empírica, estabelecendo pontes teóricas e diálogos entre a dinâmica local e nacional a serem desenvolvidos ao longo de quatro capítulos. Não constituiu ambição desse trabalho

⁶ O termo favelado é frequentemente utilizado por camadas sociais mais abastadas, ou até mesmo alguém da favela, para se referir ao morador de favela, por vezes, com o objetivo de inferiorizá-lo por suas condições econômicas, modo de se vestir ou se comportar.

apresentar novos resultados teóricos, posto que nos detemos a uma revisão conceitual dos temas aqui abordados. Entretanto, esperamos que essa pesquisa sirva de subsídio aos próprios movimentos de revisão teórica verificados nas ciências aqui mencionadas.

No primeiro capítulo, procurou-se realizar uma revisão dos conceitos que norteiam a presente reflexão, evidenciando as escolhas terminológicas que melhor se adequam a abordagem pretendida. Nesse sentido, refletimos sobre a opção de usar o termo “aglomerado” de forma hegemônica ao conceito de “favela”. Buscou-se, ainda, entender a forma como o associativismo de bairro se insere na dinâmica dos Movimentos Sociais. Lançou-se a tarefa de perceber qual a contribuição da Teologia da Libertação frente à mobilização, ou quiçá incorporação dos movimentos populares por meio de sua definição. Além disso, debatemo-nos sobre a problemática de como a democracia irá criar condições para se estabelecer a cidadania ou mesmo como a cidadania cria as condições necessárias à democracia.

O segundo capítulo traz uma caracterização acerca da cidade de Belo Horizonte e de como o ASL, com suas diferentes vilas, insere-se em sua história. Desse modo, optamos por apresentar a história da capital de forma secundária, evidenciando prioritariamente como o Morro se protagoniza. Destacamos, a partir do discurso das lideranças entrevistadas, as alternativas de mobilização, sobretudo através do associativismo de bairro e suas primeiras conquistas. Por fim, também estabelecemos uma reflexão acerca de como a cidadania é percebida no universo das comunidades pesquisadas.

No terceiro capítulo procuramos entender as razões que levaram a escolha do associativismo de bairro como alternativa de mobilização. Analisamos as barreiras impostas pelo Regime Militar a esse tipo de mobilização social, em especial no Município de Belo Horizonte. Procuramos entender de que forma ocorreu o empoderamento das associações locais e em que medida também tornaram-se cooptadas. Buscamos identificar ainda quais seriam as novas formas de mobilização utilizadas nessas comunidades.

Finalmente, no quarto e último capítulo detemo-nos em analisar o legado que o associativismo de bairro teria deixado ao Brasil, de modo especial, na elaboração da Constituição Federal de 1988 (doravante CF de 1988). Refletimos acerca das transformações que o Orçamento Participativo (doravante OP) estabeleceu na dinâmica do associativismo de bairro. Estabelecemos uma reflexão histórica acerca da evolução

constitucional brasileira e a sua incorporação de elementos fundadores da cidadania. Analisamos também as razões que fizeram com que o associativismo de bairro fosse percebido como uma alternativa credível. Por fim, retomamos a componente da mobilização como viés de análise da importância e visibilidade que a comunidade passou a assumir no contexto da Cidade.

CAPÍTULO I - CONCEITOS ESTRUTURANTES DA INVESTIGAÇÃO

I.1 Favela ou aglomerado: eis a questão!

São diversas as referências que poderiam oferecer suporte à recuperação histórica dos termos “favela” e “aglomerado”, que aqui pretendemos estabelecer. No entanto, nos apoiaremos em apenas algumas que nos auxiliarão nesse exercício.

O uso do termo “favela” no Brasil é apresentado na obra *“Um século de Favela”* de (Zaluar e Alvito, 1998) por meio de uma interessante retrospectiva do que seria sua disseminação:

(...) evocar o termo favela tem em suas origens o local do sertão baiano onde se concentravam os seguidores de Antônio Conselheiro, termo difundido no Rio a partir da ocupação do Morro da Providência por soldados que voltavam da campanha de Canudos e começaram a chamá-lo de Morro da Favela (Zaluar e Alvito, 1998: 64ss).

Esses autores nos ajudam a compreender que o termo “favela”, desde suas origens está associado a uma situação de apartamento social. Desse modo, desde os seguidores de Antônio Conselheiro, vertente em que o messianismo se anunciou como resposta a exclusão social, até os soldados que eram recrutados dos extratos negros da população carioca, favela e exclusão passaram a ser praticamente sinônimo de uma mesma palavra.

A palavra “favela” também está associada à existência de uma fruta do cerrado brasileiro denominada “fava”, que é utilizada para diversos fins, sobretudo medicinais. A pretuberância da árvore no referido Morro da Providência, promoveu então essa associação, que posteriormente adquiriu um conjunto de outras referências simbólicas.

Alguns outros autores, como Davis (2006), realizaram uma densa análise da favela, como um fenômeno mundial do século XX, diretamente associado à expansão da malha urbana. A favela seria então, o resultado do rápido crescimento urbano, aliado a ampliação das diferenças econômicas. Esse fator teria possibilitado a formação de um mercado imobiliário informal, tendência verificada na maior parte das cidades do hemisfério sul.

Dentre as razões que explicam esse movimento, encontra-se a convivência do mercado de trabalho, perante a sua pujante necessidade de mão de obra.

Desde a sua formação, a favela representou um rompimento com o ideal de cidade moderna. Assim, todos os princípios clássicos de planejamento urbano, como preservação do espaço aberto, separação de residências e uso da terra estão de cabeça para baixo nas cidades dos pobres (apud Davis, 2006: 134). Contudo, o que Davis analisa como desorganização, pode também ser observado como uma lógica arquitetônica de sobrevivência, pautada, por vezes, em referências organizacionais não ortodoxas.

A favela pode ser percebida como um “efeito colateral” da formação novecentista das cidades brasileiras. Sua integração no sistema mundo é uma consequência direta do que podemos chamar de incorrespondências do sistema capitalista. Para grande parte de sua população, desprovida de capital ou com capital em pouca quantidade, o sistema não estaria orientado em sua natureza (apud Boltanski e Chiapello, 2009:37). As cidades modernas, sobretudo aquelas que foram planejadas, estiveram e estão a serviço da dinâmica do consumo. Desse modo, são cidades que se moldam a partir das demandas do capitalismo, que se reinventa ao absorver suas próprias imperfeições.

A palavra “aglomerado” consiste, num viés sociológico, em um termo de conotação essencialmente urbana para definir a concentração de habitantes num espaço determinado. Estabelece uma relação direta com o número expressivo de habitantes em uma determinada região (apud Maia, 2002:13). Posteriormente, o conceito veio definir também o conjunto de vilas que compõe uma favela⁷.

No que se refere aos nomes atribuídos pelos próprios moradores do ASL, essa pesquisa identifica que a terminologia “aglomerado” assumiu, por vezes, um caráter atenuante ao termo “favela”. O uso da expressão “favela” ou “favelado” é percebido pelo morador da comunidade pesquisada como revestido por uma carga simbólica depreciativa acerca dos moradores, que a percebem como uma associação de caráter a “mal educados” ou afeitos ao crime e à violência.

⁷ Apesar da existência do termo, outro nome que tem sido utilizado nos últimos anos, sobretudo, pelos órgãos do poder público: refere-se à Zona Especial de Interesse Social (ZEIS) ou Áreas Especiais de Interesse Social (AEIS), terminologia que vem sendo adotada em todo Brasil (apud Fernandes e Pereira, 2010:179)

As terminologias sociológicas utilizadas encontram pouco espaço nos discursos dos moradores sobre si mesmos. O nome que é atribuído ao lugar onde se vive, está diretamente ligado ao contexto em que é proferido. Em uma roda de amigos do Morro, dizer que mora na Vila Carrapato (também conhecida como Vila São Bento) tem um impacto completamente diferente, do que dizer o mesmo em uma entrevista de trabalho. Sabendo disso, a maioria dos moradores recorrem aos nomes dos bairros vizinhos mais abastados: São Bento, São Pedro, Santo Antônio, Santa Lúcia etc., no intuito de esconder seu verdadeiro endereço e não comprometer suas futuras relações com aqueles que vivem fora do Morro.

Ao recuperar as terminologias “favela” e “aglomerado”, faço a opção por trabalhar com o termo “aglomerado”. Apesar de ser utilizado como uma via atenuante à “favela” ou ao nome Morro do Papagaio, como a comunidade também é conhecida, o conceito revela em nossa percepção uma possibilidade plural. Nessa perspectiva, procuramos observar o objeto desse estudo pelo viés da diversidade, que é o fato de estar localizado em um aglomerado composto por cinco vilas, sendo essas vilas, a maior referência utilizada pelos moradores, inclusive, entre eles próprios.

A pergunta que inicia a discussão do uso do termo “favela” ou “aglomerado” encontra aqui uma resposta no que se refere a uma opção metodológica. Entretanto, continua a ser uma questão contextual, carregada de sentidos simbólicos e ou representativos dos moradores sobre si mesmos e das pessoas externas ao Morro⁸ em relação aos habitantes dessas comunidades.



Morro da favela – Tarsila do Amaral, 1924



Fabiano Valentino (Pelé), Artista ASL, 2002

⁸ Por estarem situadas em terrenos íngremes, muitas favelas no Brasil também são conhecidas como morros.

As imagens aqui escolhidas para representar a favela, nos reportam às mais variadas interpretações. Contudo, ao exibir a tela de uma consagrada artista do modernismo brasileiro, ao lado de uma obra de um artista do ASL pouco conhecido no Brasil, mais que talvez escandalizar algum especialista das artes, queremos pensar as telas pela perspectiva que apresentam sobre o universo de quem observa e de quem é observado. Em uma rápida abstração, percebemos na tela de Tarsila do Amaral o olhar recorrente da academia sobre a favela e os Movimentos Sociais presentes nela. Com a tela do artista Pelé do ASL, queremos representar o desafio que pretende essa dissertação em ser o olhar que vem do morro sobre si mesmo e os outros.

A favela representou para a Cidade aquilo que estava “além do horizonte planejado” (apud Alves: 2007). Sua existência se caracterizaria pela indiferença do Estado, governado pelos extratos elitistas da sociedade brasileira, ao mesmo tempo em que também respondia a uma ampla necessidade de mão-de-obra nos grandes centros urbanos. Sua visibilidade ocorre a partir da mobilização pelo direito de moradia e instalação de equipamentos públicos. O formato alternativo de moradia e a mobilização social nas favelas passaram a ser alvo de investigação por parte da academia, promovendo um relativo consenso acerca dos pobres e seus movimentos, que até o momento, não tiveram a oportunidade de serem revistos.

1.2 Associação de Bairro e Movimentos Sociais

Antes de abordarmos o conceito de Associação de Bairro, faz-se necessário recuperar o conceito de associativismo que aqui destacamos. Difundidas a partir das transformações sociais ocorridas na Revolução Industrial do século XVIII, as associações enquanto grupos livremente constituídos e com interesses mútuos e coletivos, passaram a ser numa análise toquevilleana, característica das sociedades modernas e um termômetro dos níveis de democracia atingidos por uma sociedade.

O surgimento de grupos organizados politicamente representou uma frustração ao crescimento massificante do poder do Estado. Essa relação pode ser exemplificada nos obstáculos encontrados para o associativismo em países como a França e a Itália, marcadas

pelo fascismo do século XX. Segundo alguns autores, como Dumazedier, as associações nasceram da democracia. Outros, como Tocqueville, defendem que a democracia se desenvolveu em grande parte através das associações. Assim:

“as associações são consideradas essenciais para a manutenção de uma democracia substancial, enquanto se posicionam como entidades de equilíbrio do poder central e como instrumento para a compreensão dos processos sociais e políticos” (Bobbio, 2004).

Conforme podemos observar através desses autores, o estudo acerca do associativismo converge para a análise sobre a dinâmica da democracia nos estados liberais contemporâneos. A análise que aqui propomos é a tentativa de entender como o associativismo de bairro irá reconduzir o Brasil aos trilhos da democracia. Entretanto, procuraremos entender também, como formas hegemônicas da democracia tenderiam a perpetuar despotismos elitistas em nome de uma democracia a serviço de poucos.

Identificamos como associativismo de bairro, a experiência de associativismo no interior de vilas e/ou favelas do Brasil, que posteriormente também ocorrerão na cidade formal. A recorrência a essa forma organizacional apresentava o elemento comum de serem elas alternativas utilizadas para a reivindicação de uma maior atuação do poder público junto a essas comunidades. Essa atuação se faria por meio de infra-estrutura, lazer e recreação, assistência social, defesa de moradia, educação, profissionalização, religiosos (construção de capelas católicas), promoção do associativismo e desfavelamento (apud Somarriba *et al.*, 1984:60).

Na análise de autores como Gohn (1995), os movimentos de associações de moradores cresceu entre 1954 e 1964, constituindo-se verdadeiras escolas de formação política. De cabo político eleitoral, o líder comunitário poderia tornar-se vereador do bairro ou ocupar outro cargo público. A cooptação de lideranças comunitárias representou, dessa forma, um assédio político presente no processo do associativismo de bairro no Brasil. A esse aspecto voltaremos a tratar no capítulo 3.

O associativismo de bairro será analisado nesse estudo na ótica dos Movimentos Sociais urbanos. Esse tipo de movimento pode ser percebido como aquele que emerge da sociedade civil, com composição heterogênea e reivindicações situadas na esfera do consumo. Apresenta práticas organizativas que dependem do poder público como

interlocutor, objetivando melhores condições de vida no meio urbano, característica comum a um movimento do processo urbano industrial. Para a compreensão do associativismo de bairro enquanto movimento social, esse deveria conter os germes da transformação social (apud Doimo, 1984:24).

Quando abordamos a temática dos Movimentos Sociais, voltamos para causas mais gerais e não apenas a elementos restritos de reivindicação de uma vila ou favela. Ocorre que no caso das associações de bairro, os objetivos encenavam uma mobilização que se verificava em diferentes estados e cidades brasileiras, o que nos leva a acreditar que estávamos diante de um movimento social nacional em busca de cidadania e pelo reconhecimento ao direito de moradia. Desse modo, compartilhando da análise de diferentes autores, tratamos o associativismo de bairro como um Movimento Social Urbano.

Conforme observa Gohn (1995), se não levarmos em consideração as lutas operárias e populares, não será possível escrever a História do Brasil e da América Latina no século XX. A guerrilha urbana, do período ditatorial, por exemplo, era denominada pelo PCdoB⁹, em 1968, como “foquismo pequeno burguês”, justamente porque desprezava a presença das massas na luta revolucionária.

Essas são experiências de mobilização comunitária que pretendemos relacionar diretamente com os Movimentos Sociais, por entendermos que o associativismo de bairro apresenta uma ligação estreita com esse tipo de mobilização e vice-versa. Em 1979, por exemplo, ocorreu um intenso movimento de moradores de favelas em Belo Horizonte, São Paulo e outras cidades do Brasil, com semelhanças em suas reivindicações que tornam a sua luta comum e extrapolam limites geográficos.

A explicação acerca dos Movimentos Sociais encontrava na análise estruturalista das classes sociais sua principal referência. Em função disso, analisaremos o associativismo de bairro pelo viés teórico dos Novos Movimentos Sociais. Esse campo analítico corresponde às categorias de um modelo teórico baseado na cultura, em que há uma mudança do eixo de classe para o indivíduo. O marxismo usado como campo teórico, não explicaria a ação dos sujeitos. A política configura-se como um ponto central nesse tipo de

⁹ Partido Comunista do Brasil (PCdoB), fundado em 1922, apresentava forte oposição aos governos oligárquicos de Minas Gerais e São Paulo, sendo posto na ilegalidade nos golpes de Estado de 1937 e 1964.

análise passando a haver a necessidade de observação do ator social em sua ação e identidade coletiva.

Alain Touraine, no final dos anos 1970, distanciar-se-ia mais da abordagem marxista ortodoxa. Em sua nova percepção, os Movimentos Sociais são frutos de uma vontade coletiva e constituiriam forças centrais da sociedade, por serem sua trama, o seu coração. Na teoria de Touraine, a sociologia contemporânea seria o estudo dos Movimentos Sociais, sendo o seu paradigma teórico alicerçado na Teoria da Ação Social em que: “O conceito central é o de relações sociais e o tema da dominação tem grande importância” (Gohn, 1997:146).

Touraine observa que o modelo classista adotado no marxismo, encontrava dificuldades para se estabelecer na análise dos Movimentos Sociais, sobretudo em função de sua heterogeneidade. Essas dificuldades contribuíram para que surgissem novas categorias de análise, em que as relações sociais apresentassem maior importância e eficácia que a categorização rotulativa de extratos da sociedade. As relações políticas passam a ganhar grande importância, sobretudo, aquelas que vão se relacionar com a dominação.

A Teoria das Classes Sociais tem sido constantemente revista na medida em que a cultura dos estabelecidos é a cultura dominante. Quando ela é absorvida pelos *outsiders* (dominados), estimula a formação de grupos policlassistas ou demasiado heterogêneos em que os valores culturais se tangenciam, se convergem e se repelem. Para o *outsider*, o mundo vivido confunde-se com o mundo idealizado. Ele é a representação do que vive, submetido a consciência existencial daquilo que idealiza¹⁰.

Podemos concluir que o paradigma marxista tornou-se insuficiente para compreensão dos Movimentos Sociais. A teoria fundamentada no discurso dos agentes, converteu-se na principal categoria analítica dos Novos Movimentos Sociais. A descrença nos processos políticos de regimes não capitalistas, contribuiu para uma difusão da compreensão do micro e na recuperação da *práxis* humana como elemento de análise social.

¹⁰ Essa análise é produzida com base na leitura de Elias e Scotson (2000). Entretanto, não é uma reflexão da obra, mas uma reflexão que se projeta a partir das ideias dos autores nesse trabalho.

1.3 Religião e Política

A Teologia da Libertação foi uma modalidade de exegese teológica voltada para a emancipação e fortalecimento da democracia. Moldada em um contexto de repressão política e governos ditatoriais, esse movimento teológico ecoou pela América Latina entre as décadas de 1960 e 1980, aliada ao desejo de liberdade política e melhoria das condições sociais de sobrevivência.

A Teologia da Libertação foi inspirada nas grandes transformações da Igreja Católica ao longo de sua história, tendo destaque a atuação de Martinho Lutero com a Reforma Protestante, em seu sentido de revolução social e religiosa. Podemos observar que a situação de miséria e exclusão social, verificadas no contexto da emergência das CEBs¹¹, tornavam o campo e as periferias do Brasil um terreno fértil ao cultivo dessa nova ideologia teológica.

No Brasil, o teólogo Leonardo Boff foi o percussor dessa corrente que contextualizava os milenares textos bíblicos à realidade social miserável de povos situados no interior e periferia do país. Em dezenas de livros, artigos e textos diversos, o teólogo procurou influenciar membros do clero, principalmente os bispos, a adotarem uma postura não hierárquica na Igreja Católica no Brasil, aproximando-a dos pobres e mais excluídos da sociedade.

O Concílio Vaticano II, que se realizou entre 1962 e 1965, correspondeu a um marco de transformações no seio da Igreja Católica no mundo. Por meio dos papas João XXIII e João Paulo II, podemos considerar que o Movimento de Teologia da Libertação adentrou inclusive os muros do Vaticano.

Em sua visita ao Peru, em abril de 1985, diante de quase um milhão de indígenas e camponeses, em sua grande maioria pobres e subnutridos, o papa (João Paulo II) deixou seus papéis de lado e, consternado diante do quadro paradoxal de profunda fé e de escandalosa miséria, exclamou: “Fome de Deus: Sim; Fome de pão: Não!” (Boff, 1986: 18ss)

O papado de João Paulo II e a sensibilidade demonstrada pelas questões sociais, como pode ser observado nesse discurso, contribuiu para aproximação de outros bispos às questões sociais, em especial às ligadas a pobreza. A Teologia da Libertação ganhou um

¹¹ Comunidades Eclesiais de Base (CEBs)

forte aliado, de modo que a década de 1980 representou o ápice dessa corrente teológica no seio da Igreja.

Dentre suas mais variadas análises, Boff identifica que o sentido abrangente de “povo” possui um alto significado político na elaboração do Estado Moderno. Podemos verificar nessa análise, uma retomada a autores contratualistas como Rousseau e ao mesmo tempo, uma visão pós-moderna do sentido atribuído a experiência democrática. Desse modo, o povo representa o ideal democrático, somado a introdução do desejo por cidadania. “*O povo organizado representa o que deve ser e o que deve ser tem força e é invencível*” (Boff, 1986: 79).

Boff entende que a organização popular representa aquilo que mais se aproxima dos anseios e utopias do povo. Essa legitimidade representativa corresponde a seu poder e esse poder seria imbatível, na medida em que o clamor por justiça e equidade que vem do povo é capaz de alterar a ordem vigente.

Embora conflituasse com alguns setores da Igreja Católica, por ser “taxada” de comunista, a disseminação da Teologia da Libertação ocorreu através da atuação de grupos católicos denominados CEBs ou Comunidades Eclesiais de Base. Tais grupos representavam na visão de Boff uma superação do assistencialismo e paternalismo da Igreja, ao realizar uma opção preferencial pelos pobres e oprimidos. Ainda em sua concepção, esse movimento promovia a união entre fé e vida.

Para Boff, “base” seria sinônimo de fundamento e princípio daquilo que é essencial. A comunidade se constrói a partir do que é fundamental para a fé cristã. Trata-se de um processo pedagógico que advém da necessidade de que sugestões e decisões que afetassem a todos, devessem ser discutidas e amadurecidas a partir de baixo, até atingir todos os estratos eclesiais e sociais. Essa concepção se encontrava na posição oposta a cúpula da Igreja e da sociedade. Desse modo, “base” seria sinônimo do pequeno grupo ou comunidade onde as pessoas partilhariam fé e vida, ajudando-se mutuamente (apud Boff, 1986:85).

No Brasil, as primeiras comunidades reúnem-se, por volta de 1960, no Rio Grande do Norte e no Rio de Janeiro. Em seguida, passam a ser uma realidade em todo o país, com dezenas de encontros para trocas de experiências. Com uma vocação ecumênica, as CEBs surgiram na luta por cidadania. Atuavam em ocupações urbanas por moradia, saúde,

transporte e nas áreas rurais na luta pela terra. Suas reivindicações foram estimuladas por uma espiritualidade cristã advogada pela Teologia da Libertação. Em 1979, os bispos latino-americanos, na cidade mexicana de Puebla, reconheceram oficialmente as CEBs, após o Papa João Paulo II ter reconhecido sua importância¹².

As CEBs representavam uma nova modalidade de organização social, sendo percebida no meio acadêmico de diferentes formas. Seriam as CEBs uma salvação do povo ou uma salvação da Igreja? Sílvio Caccia Bava acreditava que a Igreja trazia em si uma dinâmica que reproduzia a dominação política de classe, naquilo que definiria seu traço mais profundo. Essa característica impediria que as massas tomassem em suas próprias mãos o poder de decidir sobre seus rumos e de construir seus próprios instrumentos de ação. Roberto Romano destacava a unidade como uma das notas da Igreja, sendo que a luta de classes dividiria os homens (apud Doimo, 1984:75).

Podemos observar que as CEBs tiveram um papel significativo na mobilização e organização comunitária. Essa característica pode ser verificada no suporte ideológico ou de direitos sociais oferecido às associações, na fundação de uma associação de bairro ou atuando como via alternativa a elas. No que se refere ao suporte ideológico a crença de uma Igreja próxima aos pobres, evocava alguns princípios da esquerda política da época. Outra contribuição significativa seria, em muitos casos, o primeiro contato com seus direitos.

Acreditava-se que após a abertura democrática no Brasil, as CEBs não resistiriam, uma vez que sua militância retomaria os seus postos de atuação. Podemos observar que tal previsão tem se concretizado, sobretudo na primeira década do Novo Milênio, em que a eleição de um presidente de origem popular, promoveu a reconciliação do povo brasileiro com as suas lideranças.

Ao longo de muitos anos, a participação em Movimentos Sociais fora percebida por membros da Igreja como a pactuação com atos ilícitos. Tendo em vista que o processo histórico demonstra-nos que a mentalidade é a última das estruturas funcionais humanas a sofrer alterações, ainda nos tempos atuais encontramos com frequência pessoas que recriminam os Movimentos Sociais. Tal postura ocorre seja por sua contrariedade ao ideal

¹² Ver anexo 01 do CD, publicação do jornal “Mundo Jovem” sobre atuação das CEBs publicado em Novembro de 1994.

de “bom cristão”, entendido como cristão passivo, seja pela alteração da ordem social e valores estabelecidos.

A Teologia da Libertação, através de uma atuação diferenciada de alguns membros da Igreja Católica, atuou como um importante elemento na definição, mobilização e organização de movimentos reivindicatórios. Não se tratava de uma postura oficial do Clero, que no contexto de 1964, em sua maioria apoiava o Golpe, mas uma ação isolada e por vezes, solitária, de homens e mulheres que, da Instituição católica em que estavam inseridos, utilizavam todos os meios a serviço daquilo em que acreditavam.

1.4 Democracia e Cidadania: A busca por um mesmo horizonte

Analisamos a democracia, tomando-a como um canal estruturante da formação de uma sociedade cidadã. Entretanto, observamos que a institucionalização e internacionalização da democracia ocidental, verificada a partir da década de 1980, apresenta significativas limitações para se alcançar esse objetivo, sendo essas amenizadas no discurso conciliador das elites. A reflexão conceitual que fazemos acerca da democracia para essencialmente nos desafios que se estabelecem para conjugar o exercício pleno da cidadania com o modelo interposto de democracia.

À luz da história, verificamos que a democracia no Brasil correspondeu a uma exigência globalizante do mundo ocidental e a uma redefinição da ordem econômica mundial. Caracterizada, nesse contexto, pela adoção de princípios neoliberais, observado o fim da ameaça comunista, a re-estruturação de uma economia global e capitalista, a partir do último quartel do século XX. Assim, observamos conforme Bravo e Pereira (2002:15), que o Brasil sai da ditadura sem democratizar as suas estruturas de poder, revestindo-se de uma tradição liberal compatível com uma tradição autoritária.

Os princípios do neoliberalismo, em suas características mais economicistas, afirmam que o gasto governamental com políticas sociais é prejudicial à economia, uma vez que ampliaria a dívida pública e favoreceria a inflação. Assim, a solução proposta seria a redução do gasto público para se liberar recursos para a iniciativa privada. Ademais, o pensamento neoliberal critica a regulação de mercado feita pelo Estado por acreditar que a mesma cerceia o jogo mercantil e propõe a desregulação do mercado de trabalho e a

comercialização da força laboral. Também critica a proteção social pública, principalmente a redistributiva, por entendê-la como pernicioso ao desenvolvimento econômico e onerosa às classes possuidoras, ao que apresenta como solução a diminuição do efeito redistributivo das políticas sociais, com a flexibilização ou retração de sua garantia (apud Bravo e Pereira, 2002; 36).

A democracia moderna caracterizou-se pela ausência do bem comum, em função disso, a sociedade democrática moderna fez com que o poder se tornasse um lugar vazio, segregado da lei e do conhecimento. Tal característica levaria o Estado assumir um papel liberal como conciliador de interesses, tornando a república produto de uma determinada hegemonia. A democracia parlamentar, em que se traduziu a democracia moderna, tenderia a valorizar o absentismo político. Em um sentido mais extremo o liberalismo negaria a democracia assim como a democracia negaria o liberalismo. A democracia teria se configurado em uma união de princípios divergentes como a identidade política e a identidade de governo. O somar dessas duas características distintas levaria o regime parlamentar a perder a sua razão de ser (apud Mouffe, 1996).

A síntese das mais variadas apreensões teóricas da democracia trazidas em Mouffe (1996) nos auxiliam no questionamento da democracia moderna como não condutor do exercício pleno da cidadania, sobretudo, por sua valorização do absentismo político por parte das elites dominantes. A subserviência da democracia ao liberalismo econômico teria originado um modelo de democracia liberal hegemônica. A adjetivação do liberalismo econômico à democracia teria, dessa forma, esvaziado o seu próprio sentido, pois os “valores” de um não convergiram com os valores do outro. A incoerência entre a identidade política e a identidade de governo estariam, desse modo, expondo a ineficiência do sistema parlamentar de representação.

(...) a democracia moderna exige a afirmação de um certo número de “valores” que, como a igualdade e a liberdade, constituem os seus “princípios políticos”. Estabelece uma forma de coexistência humana que exige uma distinção entre o público e o privado, a separação entre a Igreja e o Estado, entre a lei civil e a lei religiosa. Estas são algumas das conquistas fundamentais da revolução democrática e são elas que tornam possível a existência do pluralismo (Mouffe, 1996:176 ss).

Os princípios políticos fundadores da democracia moderna ocidental estariam, desse modo, obnubilados frente à dinâmica imposta pelo liberalismo econômico. A

construção de um referencial de qualidade que valoriza o privado em detrimento do que é público valeu-se desse discurso como justificativa para a privatização do Estado e criou um contexto em que se limitou a existência do pluralismo político ao se criar uma atmosfera de consenso à custa do bem-estar comum. Ao que Mouffe (1996) sintetiza que a democracia se tornaria uma tensão entre a lógica democrática da igualdade e a lógica liberal da liberdade.

O quadro democrático que acabamos de descrever nos permite inferir que a mobilização popular aliada à participação política direta correspondem a um barômetro acerca dos níveis de democracia alcançados por uma sociedade, ou mesmo sua própria reinvenção. Essa característica se diverge do individualismo verificado na sociedade liberal e incapaz de perceber as identidades coletivas. Assim como também dificulta que a democracia se reduza apenas a uma competição entre as elites e que seus consensos acentuem realidades de exclusão.

A análise da Democracia Hegemônica proposta por Boaventura Sousa Santos (Santos: 2002) encontra como um referencial de oposição a essa prática hegemônica a experiência do Orçamento Participativo (OP) realizado em algumas cidades brasileiras e europeias. Em uma análise otimista, esse autor analisa essa experiência de participação popular como uma espécie de panaceia ao “totalitarismo democrático”. Contrariando essa expectativa, os anos que sucederam essa análise demonstraram que os benefícios almejados com a criação desse novo canal de participação popular, esbarraram no efeito colateral produzido pela institucionalização do que seria um aperfeiçoamento da própria democracia. Votaremos a problematizar os desafios do OP para o fortalecimento da democracia no quarto capítulo.

Como descrevia Tucídides acerca da democracia ateniense, sua principal característica ligava-se à existência de autogoverno, igualdade política, liberdade, justiça, participação do cidadão comum, discussão pública, controle da ação dos governantes e prestação de contas das decisões do governo (Bravo e Pereira, 2002; 90). Podemos observar que a democracia, revisitada em seu núcleo original de bem comum, justiça, liberdade e igualdade é uma perene construção social e que seu aperfeiçoamento é um reflexo dos avanços alcançados por uma sociedade, que refletem em seu modelo de Estado e governo a sua posição ou omissão frente seus maiores desafios.

CAPÍTULO 2 - O MORRO NA CIDADE

2.1 O meu lugar

Fruto de expedições portuguesas, o primeiro homem a ocupar formalmente a região banhada pelo rio Arrudas foi o bandeirante João Leite da Silva Ortiz, fundador da Fazenda Cercado, ainda no início do século XVIII. Mesmo após realizar exploração aurífera sem muito sucesso, o bandeirante resolveu fixar-se na região. Aos poucos, foi se formando um pequeno arraial, apoiado na lavoura e trânsito de tropeiros¹³ (apud Alves, et al., 2007:5).

Pautada no modelo de cidade moderna capitalista, em 17 de Dezembro de 1893 o então presidente¹⁴ de Minas Gerais, Afonso Pena, promulgou a lei que designava à cidade de Minas, o primeiro nome de Belo Horizonte, como a nova capital do estado. Para planejá-la, foi contratado o engenheiro Aarão Reis, que dividiu a cidade em três áreas: uma central, limitada por Avenida de Contorno, uma sub - urbana e uma rural. A cidade foi construída em apenas quatro anos, sendo inaugurada em 12 de Dezembro de 1897. Diante da insuficiência ou mesmo da ausência de políticas habitacionais ou bairros operários, os trabalhadores que atuaram na construção da cidade, tiveram que ocupar terrenos públicos na periferia e às margens da Avenida do Contorno, para fixar assim sua moradia nas proximidades do trabalho (apud Alves et al., 2007:5).

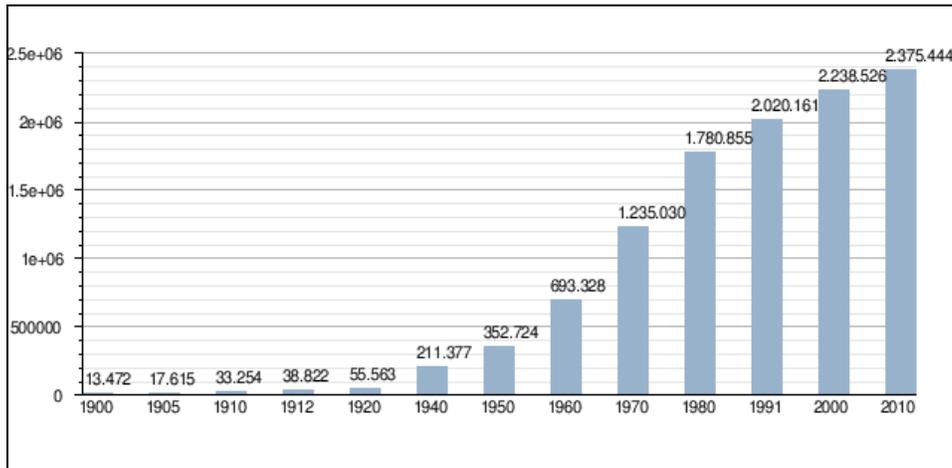
Décadas depois, a cidade de Belo Horizonte apresentou um acentuado crescimento populacional a partir de 1950. O desenvolvimento urbano - industrial, aliado a abertura de estradas que ligavam a capital ao interior do estado favoreceram o êxodo rural, com a chegada de imigrantes do interior e de outros estados. Assim, em cinquenta anos a população mais que triplicou, gerando diversos problemas de infra-estrutura urbana, que passaram a ser solucionados de forma pontual ou como plataforma eleitoral populista. O

¹³ Nome atribuído aos participantes de comitivas de muare e cavalos encarregados de escoar a produção entre os centros consumidores desde o século XVII no Brasil. Essa função tornou-se obsoleta com a construção de estradas e o desenvolvimento industrial do país, existindo atualmente principalmente como prática esportivo-cultural.

¹⁴ Terminologia utilizada na República Velha (1989-1930) para designação de Governador de Estado no Brasil.

desenfreado crescimento populacional e ausência de um projeto habitacional da cidade geraram o aumento da população, sobretudo, em zonas periféricas.

Evolução demográfica de Belo Horizonte (1900-2009), em hab.



Fonte: IBGE 2010

O ASL ou Morro do Papagaio é uma das favelas mais antigas de Belo Horizonte. Compreende uma área de 43.672 hectares (apud Ferreira, 1987) e população estimada em 35.000 habitantes, distribuída em cerca de 4000 domicílios. Suas primeiras habitações remontam os anos de 1895, dois anos antes da fundação oficial da cidade. É constituído por um conjunto de cinco vilas localizadas na Zona Sul, região nobre da capital mineira, que compõe um cenário onde a desigualdade econômica “grita” às portas do Morro. Sendo elas: Vila Estrela, Vila Barragem Santa Lúcia, Vila Santa Rita de Cássia, Vila Esperança e Vila São Bento.

Conforme os moradores mais antigos, a Vila Estrela seria a primeira vila a se formar no Aglomerado. Sua ocupação teria se dado por um grupo de descendentes de escravos que chegaram juntos a essa região no início do século passado e afirmavam tê-la recebido por meio de documentação oficial de seus donos anteriores.

Ele não comprou não, esse doutor foi que deu, que isso aqui era tudo roça, e ele era que plantava as coisas, então deu esse pedaço todo, tudo da Avenida Prudente Moraes, até aqui, tudo deu para ele, então ele cuidava. Tinha um arrozal... Na Revolução de 30, eu lembro, não tinha muito morador aqui não... Ele tem nos documentos. Tem assim: “Espólio do Senhor Antônio Pedro” (Entrevista Isaltina da Silva Ferreira, realizada em 28 de Outubro de 2007).

O nome Vila Estrela está relacionado à pelo menos dois fatores distintos, ambos identificados com a ausência de energia elétrica na vila. O primeiro se refere a vaga-lumes que perambulavam pela região, e o segundo ao hábito do senhor Antônio Pedro de acender um lampião na parte externa de sua casa, que passou a ser uma referência na penumbra daquele lugar, assemelhando-se a uma estrela na escuridão da noite.

A Vila Barragem Santa Lúcia foi erguida onde antes se localizava a Fazenda Cercadinho, propriedade de aproximadamente 200 alqueires e que pertencia ao senhor José Eleto da Silva Diniz. Nessa fazenda, nos anos de 1944, havia também uma olaria denominada Cerâmica Santa Maria, empreendimento que não foi bem sucedido e que acabou sendo abandonado pelos seus antigos donos. As cerâmicas produzidas por essa olaria, inclusive, foram utilizadas no acabamento de muitas casas e edifícios em Belo Horizonte. No local, porém, acabou sendo formada uma represa, que em 1974 foi desativada pela Prefeitura, dado o registro de muitos afogamentos na região. O local em que se encontrava a represa foi desapropriado e parte das famílias removidas para o Conjunto Santa Maria.

A fazenda Cercadinho fazia divisa com outras duas fazendas: a Bom Sucesso e a Fazenda do Cercado ou fazenda do Leitão de propriedade do bandeirante João Leite da Silva Ortiz. A Fazenda do Cercado teve importância significativa para o desenvolvimento econômico e urbano do Arraial do Curral Del Rey, futura cidade de Belo Horizonte.

Conforme consta em documentação da Gerência de Patrimônio Histórico e Artístico do Município, em 1894 parte das terras da fazenda Cercadinho foram desapropriadas para que a prefeitura construísse na região um “cinturão verde” da capital recém-criada. Esse local passou, então, a se chamar “Colônia Afonso Pena”, projeto que acabou disputando com a instalação dos primeiros barracos da favela.

A Vila Barragem Santa Lúcia abriga também um casarão, antiga sede da Fazenda Cercadinho, de configuração típica das fazendas mineiras da segunda metade do século XIX, feito em adobe e conhecido na vila como “Casa da Fazendinha”. Por iniciativa dos moradores a casa foi tombada em 1992, como patrimônio histórico pela Gerência de Patrimônio Histórico e Artístico do Município.

Outro marco dessa comunidade é o atual Parque Jornalista Eduardo Couri¹⁵, localizado junto à lagoa da Barragem Santa Lúcia. A construção da Barragem fez parte de um projeto de 1954 para evitar enchentes, onde atualmente se encontra o bairro Cidade Jardim, Projeto do antigo e extinto Departamento Nacional Contra a Seca. A construção da Barragem visava toda uma infra-estrutura para a formação do bairro Cidade Jardim. A cidade extrapolava, dessa forma, os limites da Avenida do Contorno, agora não mais apenas com favelas, mas com casas suntuosas, mansões e edifícios para uma elite que se expandia com o desenvolvimento da cidade.

O nome Barragem Santa Lúcia pode ser explicado a partir de dois aspectos diretamente relacionados à comunidade. O primeiro de natureza geográfica, que foi a formação de uma barragem através do represamento do Córrego Leitão. O segundo, por influência religiosa, dado que a primeira capela construída recebeu o nome de Santa Lúcia, em homenagem a santa de devoção católica, religião predominante entre os moradores na época.

A Vila Santa Rita de Cássia se destacava por um enorme cruzeiro no topo do Morro e vegetação nativa serpenteada por trilhas, que indicavam a passagem de tropeiros e posteriormente moradores. Tornou-se popularmente conhecida por Morro do Papagaio e sua ocupação teria sido terciária no ASL, entretanto, não se diferenciava do método utilizado pelos demais ocupantes. Vale destacar que o próprio movimento de ocupação, que formava as favelas, era considerado um movimento comunista e, por isso, duramente reprimido.

Chegava, limpava, cercava e construía. Na época tinha uma tal de Chisbel¹⁶, que era um órgão da Prefeitura, que vivia dia e noite com a cavalaria para não deixar ninguém construir. Então, como eles impediam que a gente construísse de dia, nós mudamos a tática e passamos a construir de noite. O pessoal chegava com a mudança e deixava lá embaixo. A hora que a cavalaria ia embora mais o povo da Prefeitura, a gente queimava pneu, ascendia era aqueles lampião de óleo queimado, botava óleo queimado na lata, fazia aquele fogareiro e aí o pessoal já chegava com a mudança e com o material para construir, porque se eles chegassem no outro dia, a cavalaria mais o pessoal da Chisbel, chegasse no outro dia e achasse a casa construída, mas vazia, eles jogavam no chão, mas quando

¹⁵ Os moradores do ASL desconhecem a homenagem atribuída ao jornalista Eduardo Couri, dado a ausência de relações do mesmo com a história da comunidade, sendo essa homenagem um retrato da mentalidade elitista predominante no órgão de poder público belo horizontino vigente na época

¹⁶ Coordenação de Habitação de Interesse Social de Belo Horizonte, criada em 1971. Atualmente, seu papel é assumido pela Companhia Urbanizadora de Belo Horizonte (URBEL).

tinha o pessoal dentro não tinha como eles jogarem¹⁷. Então, o que a gente fazia, juntava aquele mutirão¹⁸ e construía e já entrava para dentro, quando eles já chegavam o pessoal já estava morando, aí não tinha jeito mais (Entrevista José Pedro Moreira, 22 de Fevereiro de 2011).

Os primeiros a chegar roçavam o lugar e construía seu barraco. Quando essa construção não era realizada, essa porção de terra era comercializada ao morador mais recente. A ocupação desordenada, contudo, foi a principal característica dos loteamentos nas cinco vilas, que posteriormente tiveram que improvisar a abertura de algumas vias principais de acesso, resultado de dura negociação entre os moradores.

Na rua São Tomás de Aquino, aí eu já vou falar mais pela experiência do nosso lado, as pessoas tem um apego à terra, a questão da terra, do terreno, do espaço, a rua era toda desalinhada, os muros, a cerca, na época não havia muro, era cerca de taquara, cerca de lata, desalinhado, então nesse recurso que o PRODECOM¹⁹ liberou para a gente, não havia recursos para desapropriações. Quer dizer, havia, mas era pouco, a gente falava para as pessoas pelo menos alinharem, não é, chegar, por exemplo, tinha uma cerca de meio metro tombada para cá, você tinha que pedir para ceder, alinhar, e discutimos que o benefício era se ele perdesse uns quatro metros quadrados do terreno a valorização era muito mais do que ficar no beco com a rua sem calçamento e aí houve episódios e ameaça de morte, porque o trator foi passar e pegou a cerca do camarada, eu como líder comunitário, tive que fazer o meio de campo, tive até ameaças de algumas pessoas que não concordavam ou, às vezes, a mulher concordou, o marido chegou em casa e a cerca estava alinhada para passar, não aceitava, na época eu computei umas doze ameaças sérias de morte (Entrevista Luiz Carlos Moreira da Costa, 14 de Agosto de 2010).

Por meio deste depoimento podemos perceber que, embora houvesse um grande esforço para se negociar com o poder público melhorias para a Vila, os interesses individuais de alguns moradores eram desafios tanto maiores, quanto arrecadar os recursos para as obras. A valorização do terreno passou a ser percebida por alguns habitantes, que se negavam a perder voluntariamente parte de um quintal em troca da passagem de uma rua, embora muitos outros o fizessem. Diante desse conflito o líder comunitário passou a ter um papel central na negociação entre o poder público e moradores da comunidade.

¹⁷ A política de demolição das casas fora semelhante a utilizada na tentativa de desocupação da Vila São Bento no ano de 1999 pela URBEL.

¹⁸ Mutirão corresponde a uma ação coletiva, não remunerada, no âmbito de objetivos pontuais como a construção de casas, limpeza de um imóvel, arrecadação de donativos etc.

¹⁹ Programa de Desenvolvimento de Comunidades, com Abrangência Estadual, implantado no início da década de 1980 visava o desenvolvimento e fortalecimento das comunidades.

O nome “Morro do Papagaio” na versão mais frequente dos antigos moradores, refere-se a uma antiga prática das crianças e jovens, principalmente dos bairros vizinhos, de se dirigirem para o alto do morro, para empinar pipas ou soltar papagaio. Os fortes ventos da região criavam todo o ambiente necessário à brincadeira. “Vou para o Morro do Papagaio”, significava em outras palavras: “Vou para o alto do morro, empinar pipa”. A partir daí o nome pegou e o lugar passou a ser conhecido como Morro do Papagaio. Muitos identificam essa região apenas no perímetro que compreende a Vila Santa Rita de Cássia, nome que foi atribuído em função da influência da Igreja Católica no local e como atenuante ao nome Morro do Papagaio, estigmatizado pela mídia como um local violento.

E aqui nós registramos essa comunidade aqui de Santa Rita de Cássia, para tirar o assunto de Morro do Papagaio, aí registrou Vila Santa Rita de Cássia, ex-Morro do Papagaio. Porque não podia registrar, tinha que registrar com o assunto mais organizado. A palavra Morro do Papagaio, não uai, aí ficou para trás. Aí só conversava de Santa Rita de Cássia, de Vila Santa Rita de Cássia, aí quando falava Morro do Papagaio a tristeza começava (Entrevista Manuel Antão de Melo, 14 de Agosto de 2010).

O nome da vila aparece aqui como uma grande questão para os moradores, que na tentativa de acabar com um estigma, formulam outro nome para a comunidade. O mais curioso é que embora o ASL seja subdividido em cinco vilas, o não morador normalmente se refere ao local como Morro do Papagaio, sendo essa a referência a mais direta para sua localização. O mesmo ocorre com outros aglomerados de Belo Horizonte, como o Aglomerado da Serra²⁰, anteriormente chamado de Cafezal, nome de uma das 12 vilas dessa comunidade.

A Vila Esperança tem a sua formação simultânea a da Vila Barragem Santa Lúcia. Entretanto, por tratar-se de um terreno mais acidentado sua total ocupação foi mais tardia, adensando-se a partir da década de 80, quando já não haviam mais terrenos em situações ideais para construção. Em decorrência desse tipo de ocupação, dezenas de casas ficaram situadas em zonas de deslizamento de terra, o que gerou várias tragédias por desmoronamentos²¹.

O nome Vila Esperança foi idealizado no ano 2000, a partir de uma comunidade religiosa católica instalada no local, apesar de a região ser conhecida e denominada até

²⁰ O Aglomerado da Serra está localizado na Zona Sul e é a maior favela de Belo Horizonte, composto por 12 vilas e habitado por cerca de 45 mil pessoas.

²¹ Ver anexo 02 do CD. Relatório Anual das Irmãs do Sagrado Coração de Jesus de 1989 que aponta 100 barracos destruídos por deslizamentos.

hoje, por muitos moradores, como Bicão, dado haver uma nascente em que existe uma bica de onde se retirava água, sendo ainda lugar em que as pessoas se banhavam no período anterior a implantação do saneamento básico na vila e adjacências. O nome “Bicão”, porém, passou a ser visto por essa comunidade religiosa como depreciativo, figurando assim, ao menos, entre as instâncias formais ou religiosas o nome Vila Esperança.

Última das ocupações a Vila São Bento iniciou-se em 1998, composto em grande parte por moradores do ASL que viviam em casas de parentes ou de aluguel. Parte do terreno em que foi construída a Vila era utilizada como um lixão, outra parte era utilizada como áreas de lazer por moradores do ASL que fizeram dois campos de futebol no local anterior ao surgimento da Vila. O nome de Vila São Bento teria sofrido influência, sobretudo, em função da proximidade da Vila ao Bairro São Bento²², tendo havido também uma votação na comunidade em que os nomes Vida Nova, Sol Poente e São Jorge também chegaram a ser cogitados para o local.²³

A formação do que identificamos mais como ASL se intensificou a partir da década de 1960 e 1970, em função do acentuado êxodo rural provocado pela mecanização do campo e pela “promessa” de vida melhor que chegava da cidade, principalmente, em função da ampla oferta de empregos, grande parte, sem qualificação. Em sua maioria, os moradores eram das cidades mais pobres do interior de Minas Gerais. Até a chegada do PRODECOM, em 1979, todo o ASL era denominado pelo poder público como Morro do Papagaio, terminologia que até hoje mais identifica a região na cidade, como foi dito a pouco. A divisão em duas comunidades ocorre, quando as associações passam a receber recursos do governo e instituições internacionais, sendo dividida pelo PRODECOM em Vila Santa Rita de Cássia e Barragem Santa Lúcia (apud Ferreira, 1987).

Com relação aos mais distintos nomes atribuídos às vilas do ASL, os moradores muitas vezes recorrem ao nome dos bairros vizinhos, na tentativa de se evitar um eventual constrangimento. Dentre estes, a perda de uma vaga de trabalho, um crediário, uma conquista amorosa etc. O preconceito social, no caso brasileiro também atrelado ao preconceito racial, contribuiu com a segregação sócio - espacial em Belo Horizonte,

²² Bairro nobre da capital mineira, localizado na Zona Sul.

²³ Ver anexo 03 do CD, Ata de reunião de lideranças da Vila São Bento, realizada em setembro de 1999.

levando com que a vila seja a maior identidade desse morador, que tem nesse espaço sua maior referência de pertencimento à cidade.

2.2 Mobilizar é preciso

A mobilização popular é uma característica da sociedade brasileira que advém desde o período colonial. Tanto por meio dos motins, quanto das revoltas individuais, desde o escravo ao homem livre, a saída do anonimato, a rigor, era promovida com punição através de castigos públicos, com o objetivo de silenciar pelo medo qualquer novo levante. A visibilidade inerente a um motim ou revolta poderia ser facilmente traduzida em pena de morte, segundo as leis da Coroa. A independência e, posteriormente, o fim da escravidão inauguram novas formas de revolta e contestação no Brasil. Contudo, a evidência de qualquer indivíduo ou povo continuou relacionada à sua capacidade de contestar, seja a Coroa, o Império ou a República.

Os conflitos em torno do uso do solo, entre moradores e Estado, datam, dos primórdios do período colonial. Os colonos fugiam das áreas demarcadas pela Coroa para evitar o fisco, ocupando áreas de território indígena. A Câmara procurava, num segundo momento, incorporar as áreas ocupadas à sua jurisdição, fazendo novas demarcações. O espaço urbano começou a tomar corpo, enquanto área demarcada. A fuga dos moradores, por motivos de tradição, levou à expansão da vila. Os bairros, células fundamentais de configuração da cidade moderna, surgiram por meio destes mecanismos de confronto entre moradores e Estado. Os Capitães de Bairros, espécie de Companhia de homens para manter a ordem nas estradas da vila, eram auxiliares civis das Câmaras e gênese embrionária das lideranças das associações de moradores contemporâneas (Gohn, 1995: 181ss).

A gênese desse formato periférico de moradia trazida aqui por Gohn permite-nos inferir uma acomodação da sociedade brasileira, a pelo menos duas formas distintas de habitar as cidades. Uma de caráter central, submetidas a controle fiscal e melhor equipadas de bens e serviços, e outra marginal, nem sempre sujeita a tributos e por vezes desassistida de qualquer infra-estrutura urbana. A liderança comunitária, em sua origem, é apresentada como um mediador entre os moradores e o Estado. Essa percepção inicial de Gohn pode ser verificada em diferentes processos comunitários, quando da instalação dos primeiros serviços públicos.

A mobilização comunitária que verificamos ao logo do século XX irá contar com elementos internos e externos à comunidade para sua propagação.

Quanto aos elementos internos, identificamos as precárias condições de sobrevivência que passaram a ser comparadas com as condições de vida dos cidadãos externos a essas comunidades. A cidade era representada não só como o centro urbano, mas também um centro de cidadania. Para os moradores da periferia, ir à cidade era sinônimo não apenas de ir ao centro, mas sair da condição de estar de fora e passar a fazer parte, ainda que momentaneamente dessa cidade e seus benefícios.

(...) Eu, desde que eu me lembro dos 14, 15 anos, começou, começaram a me incomodar algumas questões, digamos de uma forma simplificada hoje, porque que as pessoas lá do outro lado tinham um determinado benefício e porque que nós não tínhamos? A questão digamos da diferença social que começou a me incomodar, mas eu nem sabia com 15,16 anos por que porta eu iria entrar para questionar (...) (Entrevista Luiz Carlos Moreira da Costa, 14 de Agosto de 2010).

O elemento externo que aqui identificamos é a presença da Igreja Católica em muitas dessas favelas, antecipando-se à existência do próprio Estado. Mesmo após a Constituição de 1891, que separa oficialmente Igreja e Estado, a presença dessa primeira estava estruturada de tal forma que até o terceiro quartel do século XX, o primeiro documento que identificava um cidadão brasileiro era a certidão de batismo. Ademais, diversos serão os encontros religiosos denominados “encontros bíblicos” em que os problemas da comunidade, em especial, relacionados à ausência de direitos e violência policial, assumem uma posição central no debate religioso.

(...) eu comecei a preparar umas equipes de reflexão bíblica, e cheguei ao ponto de nós completarmos 50 pessoas nesses encontros, aí o padre tomou conhecimento do assunto e foi a conhecimento do Bispo (Entrevista Manuel Antão de Melo, 14 de Agosto de 2010).

Conforme foi possível verificar por meio dos depoimentos acima, as diferenças na qualidade de vida entre a favela e a cidade são um fator de mobilização interna dos moradores, uma vez que essa percepção da diferença é verificada a partir da experiência de morador do morro, formando uma consciência acerca da ausência de direitos. Os encontros bíblicos assumiam a dupla função de serem espaços de formação religiosa e política. A partir desses encontros, formavam-se como foi o caso da Vila Santa Rita de Cássia, a primeira diretoria de uma associação de bairro.

Avritzer aponta a importância da Igreja Católica na mobilização social ocorrida a partir da segunda metade da década de 1970, mas destaca o papel ambíguo dessa instituição no período entre 1946 e 1964. A partir de 1975, há uma re - organização da

sociedade civil marcada por uma mudança de posição da Igreja Católica em relação à organização popular. Esse elemento favoreceu o surgimento de associações populares, com o crescimento do associativismo de bairro e da luta pela moradia. Posição essa que se consolidou com a realização do Concílio Vaticano II, em que a Igreja realizou uma opção preferencial pelos pobres (apud Avritzer e Sanches, 2004:8).

A repressão política promoveu um decréscimo significativo da organização popular.

(...) A forma seletiva de repressão utilizada pelo regime autoritário impactou a organização dos setores populares. O Brasil experimentou uma forma seletiva de repressão nesse período que atingiu mais profundamente as formas de organização popular do que os partidos políticos e, no interior do movimento popular, o regime autoritário acentuou a repressão sobre movimentos ligados às classes populares (...) (Avritzer e Sanches, 2004:8ss).

A análise de Avritzer e Sanches nos permitem perceber que o Regime Militar, instaurado em 1964 no Brasil, representou um trauma às organizações populares que ensaiavam seus primeiros passos na democracia. A repressão política freou abruptamente a atuação política desses movimentos populares no país, de modo que o seu retorno está também relacionado com o esfacelamento do próprio Regime a partir do seu segundo decênio.

O movimento de luta pela moradia gerou, na segunda metade da década de 1970, um aumento do associativismo de bairro, favorecendo a formação de novas associações, sobretudo no meio popular.

Em Belo Horizonte, destacou-se, em 1978, a União dos Trabalhadores da Periferia (UTP) na organização e articulação dos moradores de favela para garantir o direito à moradia. Esse movimento surge na clandestinidade, durante o Regime Militar, para congregar associações da periferia e se estabelece como entidade representativa a partir de 1980, reunindo aproximadamente 40 associações²⁴.

O ano de 1979 foi um marco de mudanças na política nacional acerca do desenvolvimento comunitário. Com a abertura democrática, importantes lideranças do movimento passaram a ser cooptados por partidos políticos (apud Somarriba, 1996:60). A influência da UTP nas favelas de Belo Horizonte se fez perceber até início da década de 1990.

²⁴ Ver Anexo 04 do CD, Certidão de Registro da UTP e Anexos 05 e 06, Estatuto da UTP realizado junto ao cartório Jero Oliva em Belo Horizonte.

Ao realizar a análise do Estatuto da UTP, verificamos que seu maior objetivo era congregar as vilas e favelas de Belo Horizonte na luta coletiva pelo cumprimento de leis sociais, garantir os direitos do morador da periferia, garantir o direito a moradia e assistência social às vilas. A interpretação que fazemos das leis sociais a que se refere esse Estatuto são, na verdade, a necessidade posta a uma constituição que contemplasse os direitos sociais, sobretudo, daquelas pessoas menos favorecidas na sociedade brasileira. Desse modo, o Movimento Social Urbano clamava por uma “Constituição Cidadã”.

Podemos afirmar que a primeira grande reivindicação das associações de bairro do ASL foi, sem dúvida, o direito a moradia. O líder comunitário José Bonifácio, por exemplo, enquanto presidente da Associação da Vila Santa Rita de Cássia, enfrentou várias vezes os policiais impedindo-os que continuassem destruindo as moradias, e sendo, por isso, preso diversas vezes por sua atuação e manifestações. Bonifácio teria, inclusive, construído um cruzeiro no alto do Morro, na esperança de afastar a presença dos policiais. Hoje, uma rua da Vila Santa Rita de Cássia recebe o seu nome em homenagem a essa liderança (apud Ferreira, 1987).

Outra liderança que se destacou por sua atuação, principalmente, na Vila Barragem Santa Lúcia foi a religiosa Madre Garcia, membro da Congregação Sacre - Couer de Jesus. A religiosa realizou um trabalho de mobilização na vila voltada para a construção de moradias. Além disso, contribuiu para a formação de uma cooperativa que permitiu arrecadar fundos para a compra de postes, empenhando-se para a instalação dos 12 primeiros postes de iluminação pública no início da década de 1960, já havendo uma expansão da rede em 1966. Atualmente, uma creche local recebe o seu nome em homenagem a essa benfeitora (apud Ferreira, 1987).

Madre Garcia foi uma pessoa que deu casa a quem não tinha, Madre Garcia deu água a quem não tinha, Madre Garcia deu comida a quem não tinha, a Madre Garcia deu roupa a quem não tinha, a Madre Garcia deu mantimentos a quem não tinha. Foi uma benção na nossa vida, mas uma benção mesmo... (Entrevista Zaira Faria de Oliveira, 09 de Agosto de 2010).

Em 1966 um grupo externo à comunidade pressionou os moradores que, em sua maioria analfabetos, teriam assinado um documento, acabando com a atuação de Madre Garcia na comunidade (apud Ferreira, 1987). O fato de a religiosa ser de nacionalidade estrangeira e estar atuando em movimentos reivindicatórios teria incomodado as

autoridades brasileiras da época de forma que segundo alguns moradores, sua saída teria motivos políticos, dado seu retorno imediato ao país de origem.

A participação de religiosas como Madre Garcia no apoio assistencial e na organização comunitária representaram uma constante desde a década de 1950, quando ocorreu a construção da Capela Santa Lúcia, a primeira do ASL. Na Vila Santa Rita de Cássia, a atuação da Irmã Caram organizava outra frente de religiosas que atuavam com os mesmos objetivos. A dedicação das religiosas era surpreendente, havendo casos em que deixavam a aconchegante casa da congregação para viverem em barracos dentro do morro ou mesmo na casa paroquial erguida com essa finalidade²⁵.

A participação das mulheres nas associações pesquisadas é uma constante desde a sua fundação, já estando presentes na primeira diretoria da UCBSL. A atuação de liderança dessas mulheres, no entanto, encontrava limitações, em função da mentalidade patriarcal ainda muito presente na sociedade brasileira dessa época. Em muitos casos, a inspiração dessas mulheres advinha de pessoas como a religiosa Madre Garcia, cuja postura sinalizava que é possível ser líder e ser mulher. Ainda que não ocupassem postos de liderança, a presença feminina era determinante na logística das associações, o que permitia a execução de dezenas de mutirões. Também eram responsáveis pela organização das próprias casas, que recebiam infinitas reuniões e personalidades políticas, além de cumprir o papel de pai e mãe, dado os maridos passarem demasiado tempo ausentes de casa.

Entre os anos de 1997 e 1999 a UCBSL contou com uma diretoria composta essencialmente por mulheres. A presidência coube a Miltes Maria de Jesus e a vice-presidência a Maria Helena Gomes. A iniciativa de uma diretoria majoritariamente feminina surgiu a partir de um grupo de mulheres da comunidade que se organizaram para refletir a condição de vida da mulher, principalmente, negra e pobre. Esse grupo apresentava forte ligação com a Paróquia Nossa Senhora do Morro, tendo sido formado em grande parte por mulheres que já frequentavam a comunidade católica da Vila Barragem Santa Lúcia²⁶.

Em sua formação inicial, o ASL não apresentava grande diversidade sócio - populacional. A maioria era oriunda de cidades do interior, sobretudo de Minas Gerais, com destaque para o Vale do Jequitinhonha e do Rio Doce, regiões mais pobres do Estado.

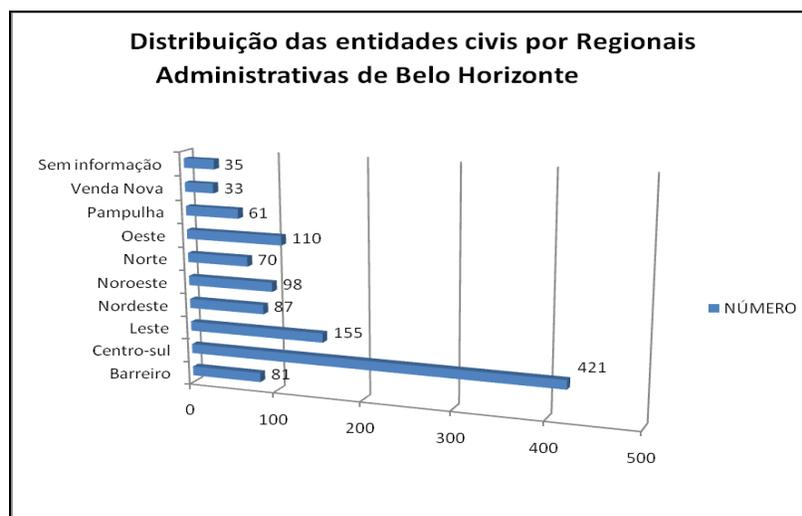
²⁵ Ver Anexo 07 do CD. Relatório Anual das Irmãs do Sagrado Coração de Jesus de 1989, que aponta a opção radical de Irmã Francisca em morar sozinha no Morro.

²⁶ Ver anexo 08 e 09 do CD, Registro da Diretoria da UCBSL referente ao biênio 1997-1999.

Entre os homens, a construção civil apresentava-se como principal fonte de renda. Já entre as mulheres, o trabalho doméstico²⁷ predominava. O momento inicial da ocupação permitiu que se tornassem donos do próprio barraco, montado, por vezes, com madeiras encontradas nas proximidades ou mesmo sobras da construção civil (apud Ferreira, 1987).

(...) eles fizeram e buscavam as madeiras onde hoje é o BH-Shoping, eles chamavam de Cercadinho, tem a rua Cercadinho que eles ainda chamam, era uma lagoa que eles chamavam de Lagoa Seca, onde tinha o BH-Shoping era uma lagoa, então eles buscavam junto à mata da COPASA²⁸ a madeira para fazer essa casa que eles construíram, na época ele era, ainda era solteiro, casou em 53 e veio com minha mãe para cá(...) (Entrevista Sueli Régio da Silva e João Régio dos Santos, 06 de Agosto de 2010).

Uma das principais características do ASL é o grande número de instituições organizadas nas comunidades. O aglomerado apresenta desde clubes de futebol, a grupos religiosos diversos. O estudo elaborado por Clarice de Assis Libânio, “Guia Cultural das Vilas e Favelas de Belo Horizonte”, ilustra essa avaliação quando a autora verifica um grande percentual de 116 grupos artístico-culturais cadastrados na região Centro-Sul de Belo Horizonte²⁹ (apud Libânio, 2004:61), mesma região em que se localiza a comunidade. O elemento associativo que se encontra no ASL relaciona-se diretamente ao nível de criticidade verificado até os dias atuais, quando da instalação de projetos ou programas sociais na comunidade.



Mapeamento do Associativismo Civil no Município de Belo Horizonte.
Observatório de Políticas Urbanas- PROEX/PUC Minas 2005

²⁷ Vale destacar também que a maior parcela da população do ASL é negra e conforme o retrato dessa população no país, goza dos postos de trabalho com pior remuneração (IBGE, 2010).

²⁸ Companhia de Saneamento de Minas Gerais – COPASA.

²⁹ Ver Anexo 10 do CD. *Mapeamento do Associativismo Civil no Município de Belo Horizonte*. Observatório de Políticas Urbanas- PROEX/PUC Minas 2005.

Esse grande número de entidades, no entanto, além de indicar um elevado grau de associativismo na comunidade, evidencia também a existência de divergências internas. Os motivos para essas divergências são diversos, vão desde a organização, a adoção de ideologias políticas partidárias, não - partidárias e religiosas diferenciadas, passando também por questões pessoais, dentre outras. A excessiva divisão de entidades civis organizadas no ASL corresponde a um dos maiores desafios para uma mobilização ampla da comunidade, a fim de se alcançar objetivos maiores como, por exemplo, execução de uma grande obra ou mesmo eleger um morador como vereador da Câmara Municipal de Belo Horizonte, o que a torna extremamente vulnerável a interesses externos a ela.

Em pesquisa publicada em 1987 pela Regional Belo Horizonte/SETAS, conclui-se que a comunidade estaria exposta a carências de todos os níveis, sendo o elemento econômico, um grave condicionante da precária condição social. Haveria no ASL um baixo ou inexistente grau de politização, agravado pelo paternalismo institucional e um choque de valores culturais do campo para a cidade, o que dificultava uma maior apreensão da complexa realidade urbana pelo morador. Contrariando nossa análise, o estudo destacaria ainda que a presença da Igreja Católica (ala menos progressista) não favoreceu uma postura mais crítica da comunidade (apud Ferreira, 1987).

Agora a participação da comunidade, não só aqui, mas em todas as demais favelas, infelizmente, é muito fraca. Me parece...eu sei lá...eu acho que a maioria dos favelados como da população em Belo Horizonte, ela vem do interior, ela vem do campo, e lá há uma submissão muito brutal, muito aparente, e lá o pobre coitado é muito oprimido pelo fazendeiro, pelo comerciante, pelo negociante, pelo juiz de direito, pela professora, pelo farmacêutico, pelo promotor... Então, quando essa população se lança, se retira para a cidade grande, eu acho que ela, como protesto, não quer se vincular a nenhuma sujeição. De maneira nenhuma... esta compreendendo? Eu acho que esta deve ser uma das coisas; quer dizer, o companheiro emigra do campo para a cidade e ele chega aqui, assume assim uma posição, eu acho, até que de protesto. Ele é um camarada que não quer... (Entrevista Francisco Faria Nascimento, Presidente da UTP apud Somarriba et al., 1984:65).

O depoimento de Francisco Faria Nascimento é muito ilustrativo para a compreensão do envolvimento do morador comum, recém-chegado do campo, em organizações associativas, exigindo-lhe uma abrupta imersão em questões sociais urbanas, que disputava, ao mesmo tempo, com suas primeiras impressões da capital. O entrevistado

associa a migração para a cidade a uma espécie de alforria. Sua análise pousa na observação não apenas da Favela Pedreira Prado Lopez, mas de outras favelas da capital que ele visitava. Essa alforria estaria ligada à sua não participação política. Entretanto, a entrada abrupta em uma realidade urbana deve ser considerada como um novo aprendizado cultural, em que outras referências passam a fazer parte dos novos sentidos que a cidade assume para esse indivíduo. Desse modo, mudam também suas necessidades e a precariedade do campo é sua maior ferramenta comparativa à nova realidade da Cidade. Uma vez que não exista piora nas condições de vida, não haveria necessidade de mobilização.

Outras características apontadas por esse estudo de 1987 é o relativo equilíbrio de gênero na representação da população. A maioria das famílias eram compostas pela figura materna e paterna, havendo um elevado número de pessoas em união estável, com destaque à grande quantidade de filhos de mães solteiras, sendo que 60,5% das famílias seriam compostas de 5 a 9 pessoas. Segundo essa pesquisa, dentre os principais motivos que levaram as famílias a se mudarem para o Aglomerado estavam o fato de terem parentes residindo no local e a proximidade do trabalho³⁰. Merece destaque o grande apoio dado a parentes que se hospedavam junto a seus familiares até conseguirem adquirir moradia na comunidade, época em que ao menos 48% da população encontrava-se desempregada (apud Ferreira, 1987).

A defasagem escolar marcava significativamente a vida dessas famílias. Em sua maioria eram analfabetos e possuíam dificuldades de acesso à escola, mesmo na capital. A redução da escolaridade seria proporcional à redução das oportunidades de trabalho e renda. Os homens ocupavam funções predominantemente masculinas, destacando-se como operários da construção civil e as mulheres femininas, destacando-se como domésticas. Também era comum encontrar jovens estudando e trabalhando. O adolescente e jovem possuía uma intensa participação na renda familiar, o que o afastava da escola precocemente. Os baixos salários auferidos com essas atividades, retratava a situação de pobreza e exploração vivenciada pela maioria dos moradores.

³⁰ Em pesquisa realizada pelo Programa Pólos de Cidadania no ano de 2010, constatou-se que a proximidade do local de trabalho ainda é um dos maiores atrativos para os moradores que vivem no ASL, destacando que 88% ainda trabalham em bairros próximos da comunidade (apud Pólos, 2010).

As diversas condições de pobreza, além do insuficiente salário recebido mensalmente, favoreceu a solidariedade desenvolvida entre a população local. Essa situação teria se arrastado até pelo menos a década de 1980, tendo melhorado gradativamente após a Constituição de 1988 e a introdução do Real como moeda, dentre outras garantias asseguradas por Estatutos governamentais.

Em pesquisa realizada no Rio de Janeiro, um elemento que chama a atenção é a correlação direta que se estabelece entre participação comunitária e grau de instrução. Conforme essa, as pessoas menos escolarizadas tenderiam a participar menos da sociedade civil organizada, merecendo destaque a participação de 7% dessa população em associações de bairro, 3% em entidades sindicais, e 0,5% em partidos políticos. O mesmo comportamento assemelha aqueles que auferiam menores rendimentos (apud Santos e Ribeiro, 1996:17). Desse modo, observamos que as associações de bairro tendiam a ser o canal mais imediato da participação civil nas periferias brasileiras. Entendemos que uma das maiores consequências dessa característica de analfabetismo e pobreza é a cooptação política, que trataremos no capítulo 3.

Nesse cenário em que imperava o analfabetismo, as expectativas sobre a comunidade eram mínimas. A exemplo disso, os cursos oferecidos ao longo de décadas, seja por organizações da sociedade civil, seja pelo Estado, visavam criar reservas de mão-de-obra em funções tradicionais de baixa remuneração. Desse modo, promoviam-se somente cursos de pedreiro, costureira, manicure, cabeleireiro, empregada doméstica, dentre outras atividades predominantemente braçais, que até os dias atuais podemos ver sendo oferecidos nessas comunidades, como se fossem a única alternativa de trabalho possível a seus moradores.

Em 2001, por iniciativa da Paróquia local, através de suas Obras Sociais, foi instalado na comunidade o curso Pré-Vestibular Comunitário, que visava preparar jovens e adultos que concluíram o ensino médio para entrar na universidade. Após 5 anos de implantação do Projeto, a comunidade passou de 6 para 120 universitários e pessoas graduadas. Essa expressiva mudança levou a formação de uma Associação de Universitários do Morro. Na filosofia dessa Instituição, o universitário do ASL deveria contribuir com melhorias sociais na comunidade e não simplesmente deixar o morro por melhorar sua condição socioeconômica. Atualmente, moradores dessa comunidade, além das ocupações

tradicionais, também trabalham como advogados, professores universitários, jornalistas dos principais canais de comunicação da cidade, dentre outras profissões melhor remuneradas. Também realizam outros cursos, como mestrado em São Paulo e em outras cidades do país, além de mestrado em Portugal, Itália e doutoramento em universidade nos Estados Unidos.

No que confere à situação atual de pobreza no ASL, verificamos que ela reproduz as demais situações de pobreza verificadas no restante da sociedade³¹. Desse modo, acreditamos não estar tratando de nenhum aglomerado exótico de seres humanos, mas de indivíduos que aprenderam a ser e a sobreviver em uma sociedade capitalista.

A favela não pode ser vista como uma comunidade entendida esta como um agrupamento com objetivos e interesses comuns, uma vez que constitui-se a expressão das relações sociais da sociedade. E portanto esta presente as relações antagônicas, a exploração que pode ser vista através de dados concretos do dia a dia da população (apud Associação: 1983).

Essa nossa percepção também pode ser corroborada pela assistente social da Secretaria Municipal de Saúde da Prefeitura de Belo Horizonte, quando da elaboração, em 1983, de um painel sobre o dia-a-dia dos trabalhadores externos na Barragem Santa Lúcia, o cotidiano da população e de suas lutas. A assistente social revela estar diante de uma comunidade heterogênea em suas condições econômico - sociais e ao mesmo tempo palco das relações sociais de exploração observadas no restante da sociedade.

No Brasil, o Censo das Favelas da Prefeitura do Distrito Federal e o Censo Demográfico de 1950 demarcam o interesse oficial sobre a temática. Desde então, delineou-se uma tendência que se verificou no estudo sobre vilas e favelas que é a sua caracterização como o *locus* da pobreza urbana. Tal postura tende a ser um elemento que reforça determinados estigmas que tradicionalmente recaem sobre a favela como o *locus* de violência, falta (educação) ou pobreza. Estigmas esses que por vezes são reforçados pelos próprios moradores em seus mais variados discursos.

³¹ Conforme a classificação econômica aplicada no Brasil, verificamos que o ASL concentra grande parte de sua população na classe C, que compreende renda familiar entre 2 e 10 salários mínimos. Entretanto, existe um grande número de famílias das classe D e E, que auferem rendimento abaixo de 2 salários mínimos ou vivem apenas com subsídio do Bolsa Família, Programa do Governo Federal atribuído a famílias cuja renda *per capita* é inferior a 25% do salário mínimo. Encontra-se também os moradores representantes da classe B, cujo os rendimentos são superiores a 10 salários mínimos. Destacam-se nesse grupo os comerciantes.

Desse modo, deve-se criticar qualquer tentativa de exotismo, por entender que embora estejamos tratando de um segmento historicamente excluído e não privilegiado economicamente, sua imersão no mercado de trabalho e na dinâmica do capitalismo, potencializam a reprodução de comportamentos verificados nos demais extratos da sociedade de consumo.

2.3 A conquista de equipamentos públicos

A primeira forma de relação que a comunidade estabeleceu com o poder público foi marcada por um comportamento paternalista, em que o direito era transformado em dádiva ou mesmo moeda de troca pelo voto. Em um contexto no qual os direitos políticos eram suprimidos e a Constituição Federal não oferecia garantias ao exercício da cidadania, políticos se beneficiavam fazendo “caridade” com recursos públicos. Curiosamente os recursos aplicados nas obras locais sempre atenderam apenas parcialmente o custo total do empreendimento. Restava aos moradores completarem o seu valor, o que faziam normalmente através de sua força de trabalho.

(...) A gente não tinha dinheiro para indenizar, eles não podiam fazer isso, o dinheiro que a gente tinha era simplesmente para comprar o material e dar uma ajuda de custo de meio salário mínimo para cada pessoa que fosse trabalhar lá com a gente, trabalhar na rua, mas como estavam na pior, todo mundo necessitando, o pessoal aceitava aquilo e aí nós fomos, quando nós começamos a abrir a Principal, aí a CEMIG³² e a COPASA vem. “Já que eles estão entrando, que eles estão abrindo a rua, aí nós entramos com a água e a luz”. Foi onde nós conseguimos entrar com a água e a luz aí, mas isso foi difícil, foi uma barra (Entrevista José Pedro Moreira, 22 de Fevereiro de 2011).

Não sabemos porque os recursos para as obras na periferia eram sempre limitados, entretanto, a ausência de órgãos fiscalizadores e legislação específica, favoreciam o desvio de verbas na administração pública brasileira, impactando vários setores da sociedade. Diante desse cenário, as comunidades se desdobravam principalmente através de seu próprio trabalho nas obras, para garantir o acesso aos serviços públicos.

A partir de 1947, Belo Horizonte passou a gozar do direito de eleger seus prefeitos que, para chegarem ao poder, se valiam das condições de pobreza da população como “catapulta” política. Assim, o ano de 1963 foi um marco para os moradores do ASL. Nesse ano, o Prefeito Jorge Carone instalou a primeira rede de água na Comunidade por meio de

³² Companhia Energética de Minas Gerais - CEMIG

chafarizes públicos, sendo o seu acesso majoritariamente gratuito. O mesmo prefeito fazia também a “doação” de materiais de construção para melhorias nas moradias, bem como para edificações de novas. Em função desse tipo de política, ele acabou conquistando grande apoio entre a população local.

Oh nós queremos, oh nós queremos, Carone na Prefeitura, enquanto ele for prefeito, temos água com fartura”³³ (Entrevista Sueli Régio da Silva e João Régio dos Santos, 06 de Agosto de 2010).

O clientelismo político marcava a relação das associações de bairro com o poder público. A instalação de chafarizes públicos e outras benfeitorias realizadas pelo prefeito, imputava à comunidade a gratidão manifestada pelo voto, ou mesmo a perpetuação de uma relação de assistência aos problemas da comunidade. O morador passava dessa forma a condição de cliente e a melhoria de suas condições de vida, estava diretamente relacionada à sua capacidade em estabelecer acordos políticos que garantissem o atendimento às suas necessidades.

Pode-se dizer que as motivações para a participação verificadas são diversas, não sendo possível encontrar uma teoria da ação coletiva que contemple inteiramente o que observamos. Dessa forma, Mancur Olson e outros autores que abordam a escolha racional como fundada em uma racionalidade funcional e uma moral moldada pelo interesse, terminam por não serem utilizados como referência a interpretação desse trabalho. Nesse modelo a ação coletiva explicar-se-ia apenas pela utilidade que representa a seus membros (apud Monteiro, 2004:118).

(...) saí do interior pra morar na capital, mas não imaginei que a capital de Belo Horizonte não fosse um belo horizonte, aí quando eu vim me deparar em uma favela, eu vi que existia muita desorganização, vi que a gente estava precisando de fazer alguma coisinha para mudar, pelo menos um pouco de toda essa situação de discriminação que existe entre as pessoas que vivem na comunidade e as pessoas que vivem em um bairro tradicional (...) (Entrevista Raimundo Nonato Marinho, 16 de Julho de 2010).

Ao perguntarmos às lideranças comunitárias sobre a sua inserção no associativismo de bairro, percebemos que as motivações variavam entre si, sendo forçosa qualquer interpretação que busque homogeneizá-las. No depoimento acima, a motivação para a participação se acentua na percepção da discriminação em que eram tratados os

³³ Composição musical feita pela UCBSL em apoio ao candidato Jorge Carone, eleito prefeito em 1962, empossado em 1963 e depois cassado pelo Regime Militar em 1964. (apud Dulci, 1996:39)

moradores da favela e da Cidade Formal. A motivação encontra assento nas referências de organização e qualidade de vida vistos pelo morador e líder comunitário como ideais e não percebidas no cotidiano do Morro.

É porque na verdade, na verdade, quando a gente vêm de fora, você vem em busca de uma coisa melhor e quando eu cheguei aqui, eu não vi uma coisa melhor, eu encontrei uma coisa diferente do que eu esperava. Eu pensava que ia chegar e ia encontrar um bairro para eu morar, que tivesse rua, que tivesse água, que tivesse luz e na verdade, eu não encontrei nada disso, mas foi o lugar que me recebeu, então eu fui recebido nesse Aglomerado aqui e até com bastante carinho, porque eu já recebi o convite para participar, para estar participando de uma associação que iria desenvolver um trabalho e eu como morador, tinha interesse de ver a coisa melhorar. Então foi aí que eu entrei e desde essa época para cá, me preocupava muito com a qualidade de vida do morador e com a minha qualidade de vida também, porque faz parte, também sou morador e não tenho deixado que algo de errado, que algo de pior venha acontecer, tenho buscado, tenho corrido atrás e as coisas têm acontecido, devagarinho, mas nós temos hoje uma qualidade de vida bem diferente do que era em 1976...1980 (Entrevista Davi José do Amaral, 15 de Julho de 2010).

Podemos verificar que a participação no associativismo de bairro tornou-se uma reação à experiência frustrante de morar em uma favela quando se esperava viver em um belo horizonte. Havia uma consciência dos benefícios pessoais trazidos com essa participação, embora não seja possível avaliar se essa consciência será ou não limitadora daquelas ações voltadas para o interesse coletivo. Talvez possamos identificar aqui uma semelhança com a teoria da escolha racional, mas acreditamos que estaríamos restringindo demasiadamente a nossa análise.

(...) inclusive foi o que me fez eu começar a participar desse movimento comunitário, foi justamente o inconformismo, eu não me conformava em ver tanta coisa ruim, tanta dificuldade, tanta miséria, enquanto os poderes públicos não faziam nada. Eu comecei aos movimentos comunitários eu estava com 16 anos, justamente por não concordar com muita coisa que eu via, que eu achava que não estava certo, aí passaram alguns, comecei a acompanhar o senhor Vicente, comecei a acompanhar o Raimundo Tinti, que foram grandes líderes, foram eles que no final me botaram nessa cachaça. [risos] (...) eles vinham para cá, mexiam, orientando o pessoal como conseguir alguma coisa e com isso a gente foi acompanhando esses loucos [risos]. Acompanhando esses loucos e (...), nessa loucura [risos] (Entrevista José Pedro Moreira, 22 de Fevereiro de 2011).

No depoimento anterior, verificamos que o idealismo juvenil somado a insatisfação frente às condições de pobreza e exclusão social apresentam-se como motivadores iniciais a entrada no associativismo de bairro. A proximidade de lideranças políticas externas a comunidade ampliava a visão acerca de alternativas ao enfrentamento das condições de precariedade vivenciadas no Morro. Desse modo, o associativismo apresentou-se como um

caminho viável e mais curto para garantir a presença do poder público por meio de equipamentos e serviços.

2.4 Ser cidadão de Belo Horizonte

A formação da periferia em Belo Horizonte está ligada a uma política de higienização, de uma cidade pensada do centro para a periferia que, por sua vez, também levou a uma segregação étnico - racial na ocupação e no uso do solo urbano. Não foram criadas condições para as centenas de operários poderem habitar a cidade que vieram construir nos anos finais do século XIX. A nova capital de Minas Gerais nasceu de um planejamento que não contemplava qualquer solução de moradia aos mais pobres. A proximidade dessa população aos centros urbanos era entendida pelas elites locais como um mal necessário, uma vez que sua mão-de-obra era indispensável ao ritmo de crescimento da Cidade³⁴.

A favela passou a ser alvo de políticas sociais de governo em Belo Horizonte, apenas no final da década de 1960, por meio de levantamento estatístico realizado pelo governo do Estado³⁵. Em 1983, surgiu o primeiro grande programa de governo para essa parcela da população, denominado PROFAVELA – Programa Municipal de Regularização de Favelas, através do qual sancionou-se a Lei que cria o Setor Especial 4, que atribuiu uma identidade geográfica a essas regiões, que sequer eram identificadas no mapa oficial da cidade. Esse Programa foi criado no intuito de urbanizar e legalizar juridicamente as favelas por meio do título de propriedade, o que marcou uma mudança de postura da Prefeitura no que se refere as tentativas de remoção promovidas pela CHISBEL (apud Manso, 1996).

Desse modo, o Decreto 4.845 de 08 de Novembro de 1984 insere o ASL no Setor Especial 4, dentro da Lei de uso e ocupação do solo de Belo Horizonte. Calcula-se que 80% do terreno em que se encontra o ASL seriam terras públicas (apud Ferreira, 1987). Tal elemento é extremamente importante pois qualifica o poder público municipal como o

³⁴ O Decreto 1516, de 02 de Maio de 1902, destina à região conhecida como Barro Preto a construção da primeira vila operária da Capital (apud Somarriba *et al.*, 1984:31).

³⁵ MINAS GERAIS, Levantamento da população favelada de Belo Horizonte: Dados preliminares/ Departamento de Habitação Popular da Secretaria de Estado do Trabalho e Cultura Popular de Minas Gerais. Belo Horizonte: Secretaria de Estado do Trabalho e Cultura Popular, 1966. 68p.

principal responsável pela regularização fundiária e concessão de título de propriedade aos moradores da comunidade desde essa época.

Atualmente o ASL juntamente com outras vilas de Belo Horizonte, estão inseridos no Programa Vila Viva³⁶, que tem por objetivo realizar remoções e o assentamento de famílias dessas comunidades em conjuntos habitacionais construídos dentro da própria vila, transformando a favela em bairro. Ainda em fase de implantação, o Programa tem esbarrado em diversas críticas, seja dos moradores habituados a uma casa maior que os futuros apartamentos, seja das instituições religiosas preocupadas com a dispersão dos seus fiéis, seja do Ministério Público pela forma arbitrária com que a URBEL é acusada de conduzir as desapropriações e ferir princípios constitucionais. Além de uma série de outros fatores que evidenciam a perpetuação dos valores de um minoritário segmento elitista da população, na condução da segregação do espaço urbano na Cidade.

Dentre os maiores desafios do ASL está a violência, que historicamente constituiu um dos maiores obstáculos a sua cidadania. A exemplo disso, a ocorrência de assaltos constantes, como ao caminhão do “ABC”³⁷, levaram o programa de abastecimento a desistir de manter-se no local na década de 1980. Outros projetos sociais também encontraram sua barreira na violência local, tais como o Centro Odontológico da Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG, implantado na gestão da primeira diretoria da UCBSL e desativado após incidente com bala perdida envolvendo um profissional do Projeto em 1999³⁸. Até o ano 2001 já haviam sido registrados mais de 100 assassinatos na comunidade em decorrência do conflito de gangues e tráfico de drogas.

Em 1995, foi verificada a existência informal de uma comissão de Direitos Humanos para refletir e propor soluções aos principais problemas da comunidade. Dentre suas principais atividades, destacamos a denúncia à histórica violência policial na relação com a comunidade e divulgação dos direitos dos moradores por meio da formação de lideranças locais.

³⁶ O Programa Vila Viva teve origem em 2005, com a implantação piloto no Aglomerado da Serra em Belo Horizonte. A atuação prevê saneamento, remoção de famílias, construção de unidades habitacionais, erradicação de áreas de risco, re-estruturação do sistema viário, urbanização de becos, implantação de parques e equipamentos para a prática de esportes e lazer. Ao final da urbanização, a área sob intervenção, será legalizada com a emissão das escrituras dos lotes.

³⁷ Programa de Abastecimento Alimentar da Prefeitura – ABC.

³⁸ Ver Anexo II do CD, Ata de reunião da UCBSL em que se discute o fechamento do posto odontológico.

Uma relação que, ela nos anos 70, quando foi colocado aqui dentro da comunidade o primeiro posto policial, durante o (...), quando foi implantado a polícia dentro da comunidade, foi a pior época da comunidade, a violência cresceu, a polícia trabalhava de uma forma que não era condizente com a comunidade, tratava todo mundo como se fosse bandido e foi uma relação muito difícil(...) (Entrevista Marcos Guimarães Silva, 18 de Julho de 2010).

A relação conflituosa com a Polícia Militar de Minas Gerais pode ser verificada em todos os depoimentos prestados pelos moradores. A repressão na ditadura militar é um componente que influencia essa apreciação. Entretanto, mesmo com a abertura democrática em 1985 não se verificou uma melhora da relação desse órgão do governo com a comunidade. Os estigmas e preconceitos sobre o morador de favela foram assimilados pela corporação em sua política de atuação nas comunidades pobres, com graves indícios de desrespeito aos direitos humanos e à Constituição. Após uma série de denúncias feitas pela comunidade através da Comissão de Direitos Humanos, inclusive no âmbito internacional, a partir do ano 2001 a Polícia Militar de Minas Gerais procurou criar programas específicos de atuação em vilas e favelas de Belo Horizonte³⁹.

A cidadania é entendida, nesse trabalho, como um direito de pertencimento à cidade e está muito além da posse de um título eleitoral, bem como do exercício do voto. A luta pelo direito de cidadania no Brasil, por meio do associativismo de bairro, contribuiu para a abertura democrática brasileira, que assumiu na CF de 1988 uma roupagem popular que interagiu com o modelo de democracia liberal, de modo a levar o país a uma experiência de revolução social contínua.

Podemos observar que o sentimento de pertença à cidade de Belo Horizonte está diretamente relacionado a forma como o poder público se relaciona com essas comunidades e a diferença que se verifica entre o Morro e a Cidade Formal. Desse modo, a cidadania passa a ser uma conquista que somente se daria através da mobilização que irá reivindicar o título de pertencimento à Cidade por meio da obtenção de direitos. Tal como refletimos a respeito da democracia, a cidadania também é um processo inacabado, de modo que as investidas dos Movimentos Sociais, aqui representados no associativismo de bairro, se fazem decisivos a essa construção.

³⁹Ver Anexo 12 do CD. Relatório Anual das Irmãs do Sagrado Coração de Jesus de 1988, em que se apontam situação da população local e a violência por parte da polícia.

CAPÍTULO 3 - A POLÍTICA COMO CAMINHO

3.1 A alternativa das associações de bairro

Conforme Guimarães (2009), podemos identificar dois principais ciclos participativos na história política brasileira. O primeiro, nos anos 1950, é reprimido pelo Golpe Militar de 1964. O segundo ocorreu a partir da década de 1970 e permanece ainda inacabado. Esses ciclos contariam com tradições animadoras como o comunitarismo cristão, o nacional desenvolvimentismo, o socialismo democrático, o liberalismo republicano e a cultura popular⁴⁰ (apud Guimarães, 2009:8).

São raros os dados conclusivos sobre o associativismo da primeira experiência democrática do Brasil. Em geral, essas primeiras experiências associativas do século XX foram marcadas por um associativismo clientelista, iniciados a partir da Nova República em 1930. Entretanto, essa característica não a desmerece como um Movimento Social Urbano. Como foi dito anteriormente, o país passou nesse período por um curto ensaio democrático.

As associações que mais cresceram nos anos 80 foram aquelas de perfil comunitário e profissional, destacando-se as cidades de Porto Alegre, Belo Horizonte e São Paulo. Podemos entender que a Constituição de 1988 abriu espaço para a sociedade civil organizada, sobretudo, por meio do que ficou conhecido como emendas populares (apud Avritzer, 2009:29).

Na realidade aqui estudada, tem-se que a associação da Vila Santa Rita de Cássia teria sido formada em 1945, sendo inicialmente denominada como União de Defesa Coletiva (UDC). Essa associação foi um grupo muito atuante junto ao poder público e articulada com outros grupos, como a Paróquia Nossa Senhora do Carmo ou associações de bairro em outras favelas da cidade. Contudo, em 1964, a exemplo de muitas outras, a

⁴⁰ O estudo da democracia brasileira por meio de dois ciclos participativos é uma característica analítica de Jurez Rocha Guimarães que aponta como experiência participativa o período entre Regimes, do Estado Novo (1937-1945) e Militar (1964-1985) e o pós Regime Militar, como os dois únicos períodos em que o Brasil teria ensaiado uma experiência participativa no contexto da República.

UDC acabou desmantelada pela polícia política da Ditadura Militar (apud Somarriba et al., 1984:105).

Três anos depois o associativismo local foi retomado e em parceria com o Serviço Voluntário de Assistência Social (SERVAS), fundou a Associação de Moradores da Vila Santa Rita de Cássia em fevereiro de 1967, que teve dificuldades em se estabelecer sendo novamente fechada. De atuação dinâmica, com caráter assistencial e recreativo, a associação buscava, por meio da promoção de bazares e festas, prover a população com a construção de escolas, creches, postos de saúde e, até mesmo, organização de cestas básicas para a população desempregada da comunidade (apud Somarriba et al., 1984:106).

Em 1978, há a reabertura da associação com nova diretoria, em função do desmembramento da Entidade anterior frente à repressão política. Após divergências internas e denúncias de corrupção na diretoria, a Associação foi novamente encerrada em 1991. Em seu lugar, surgiu o Centro de Defesa Coletiva- CDC, que substituiu as funções da última Associação. Nessa pesquisa não foi possível localizar a documentação da Associação da Vila Santa Rita de Cássia, anterior ao ano de 1991.

A Associação UCBSL foi fomentada após a implantação, em 1968, de uma cooperativa incentivada pela Madre Garcia e que pode ser considerada uma das primeiras estruturas organizadas da comunidade. Fundada em 1976, seu registro final só teria sido possível em 1981, por um grupo de moradores, em função da necessidade de registrá-la formalmente e de se estabelecer convênios e parcerias público - privadas. Sua primeira diretoria foi composta pelo presidente José Pedro Moreira e seu vice, João Régio dos Santos⁴¹ (apud Ferreira, 1987).

A finalidade da Associação estava voltada para a luta pelos interesses e necessidades da comunidade, pela urbanização da favela, saneamento básico, promoção da educação, cultura e lazer, promover cursos profissionalizantes, lutar pela propriedade da terra e melhores condições de saúde e vida para os moradores.

Dentre os objetivos da UCBSL formulados em sua Ata de Fundação, chamam a nossa atenção os objetivos de *“formar uma entidade para o bem-estar coletivo, criação e aplicação das leis sociais que amparem e beneficiem os seus moradores”*⁴². Observamos que os

⁴¹ Ver Anexo 13 do CD, Certificado de Registro da UCBSL e Anexo 14 Registro da 1ª Diretoria da UCBSL.

⁴² Ver Anexo 19 do CD, Ata de Fundação da UCBSL.

direitos sociais compunham uma reivindicação dos moradores, seja com sua criação, seja na efetivação daqueles que já existiam, havendo uma aparente ligação com alguns componentes da CF de 1988, no que se refere a aquisição de direitos sociais. O forte apelo a cidadania irá atribuir a essa carta magna o título de Constituição Cidadã, que buscaremos explorar no próximo capítulo.

A primeira diretoria da UCBSL foi considerada autoritária e centralizadora nos primeiros estudos produzidos sobre a Associação. Sua atuação voltava-se, sobretudo, à urbanização da comunidade, não tendo qualquer nível de participação, nem sendo permitido assembleias mensais ou reuniões para se discutir os problemas vividos. A figura do presidente junto ao PRODECOM decidia o que era necessário fazer (apud Ferreira, 1987).

Eu chamava, “gente, vamos comigo”, aí aqueles: “Ah, mas eu não posso deixar meu boteco”, aí o que eu fazia: eu botava a malinha debaixo do braço e eu ia atrás desses amigos meus, chegava no João Pio, no Felipe, do Vicente Gonçalves, falava: “Oh, estou com esse e esse problema”. Falavam: “Oh, pode deixar, você vai nesse lugar assim, assim e assim, que você consegue isso, não vai ser fácil não, você contraria esse povo para lá”. Quantas vezes eu chorei em porta, sentado esperando porta abrir para as pessoas me atenderem, mas aí, com isso, bati na porta do PRODECOM, consegui abrir a Principal. Falei: “Oh, primeiro passo eu já consegui” (Entrevista José Pedro Moreira, 22 de Fevereiro de 2011).

A luta diária pela sobrevivência é apontada aqui como um dos obstáculos a participação na Associação. Segundo o líder comunitário e fundador da UCBSL, José Pedro Moreira, todas as alternativas de convite para participação eram feitas ao morador, restando a busca de contatos externos que facilitavam a tramitação das reivindicações comunitárias junto aos órgãos do poder público. Sua jornada seria, por vezes, solitária e em prejuízo de suas finanças pessoais.

De fato, em consulta a documentação do arquivo da UCBSL, não se verificou a existência de Atas de reuniões ou assembleias da primeira diretoria, salvo atas eleitorais. Entretanto, a essa situação duas hipóteses devem ser consideradas. A primeira se refere a elevada taxa de analfabetismo entre os moradores, o que dificultava a elaboração desse registro. Já a segunda deve ser considerada tendo em vista o Regime de repressão política e o risco que representava a confecção de documentos que pudessem futuramente comprometer seus envolvidos. Dessa forma, nos restam poucos elementos para afirmar se essa primeira diretoria era ou não arbitrária. O relato colhido em Ferreira (1987) nos

oferece uma apreciação de baixa participação motivada pelo personalismo ou centralismo político de sua primeira diretoria, ao que problematizamos com as hipóteses aqui trazidas.

(...) Papai sempre trabalhou na construção civil e estava construindo o noviciado da Santíssima Trindade e o papai trabalhava lá e à chave (...) e eu trabalhava lá no boteco, chegava da escola e ficava tomando conta e por repressão mesmo, chegou, mas foi a polícia do exército, não foi um carro, foi um monte de carros e de cavalos e aquele tanto de gente e eles queriam a chave da Associação e a chave estava comigo e o papai tinha falado comigo que a gente não podia entregar nada. “Se alguém vier aqui, você não entrega nada, você não dá a chave”. Pois eles foram lá na obra, buscaram o papai, não é pai? E o trouxeram. Eu me lembro que, uma autoridade lá que eu não sei a patente, ainda brigou comigo, eu nessa época eu tinha o quê, uns 7, 8 anos mais ou menos e ele brigou porque a chave estava comigo, mas o papai falou que não podia entregar e eles, chegaram bravos mesmo e queriam prender e foi uma confusão danada, arrebentaram a porta, para entrar, porque eles queriam achar alguma coisa, que não conseguiram achar, porque não tinha nada, era só um local, com alguns bancos, mesmo porque as pessoas não escreviam, não tinha nada, porque eram analfabetas, eles discutiam, eles tinham ideias, mas não tinham nada escrito. Porque eles não sabiam escrever (Entrevista Sueli Régio da Silva e João Régio dos Santos, 06 de Agosto de 2010).

Podemos observar, assim, que a baixa participação pode ser analisada por vários aspectos. Desde a necessidade de sobrevivência que estabelecia um natural impedimento ao envolvimento do morador, sobretudo, aquele mais empobrecido. O analfabetismo, que em muitos casos dificultava a apreensão mais complexa dos problemas da comunidade, gerando relativo absenteísmo. Além da repressão política verificada durante o Regime Militar, que inibia o envolvimento de novas pessoas em função da relação indireta entre o associativismo e a ilegalidade, principalmente, se possuísse orientação comunista.

Semelhante ao que se verificou no ASL, a baixa participação popular nas associações era um fenômeno que se verificava na maior parte das associações de bairro de Belo Horizonte. A participação possuía um perfil imediato, ou seja, a abertura de uma rua, a instalação de canos para o escoamento da água, a construção de casas, enfim, a mobilização pode ser caracterizada como pontual e local, sendo processos políticos de maior abrangência normalmente esvaziados.

Em 1984, foi eleita uma chapa⁴³ para a UCBSL de oposição à anterior, composta por Matozinhos Vitor de Souza e Antônio dos Santos. Em assembleia, os moradores decidiram que o presidente deveria apenas representar a comunidade e não decidir por ela. Esse tipo de decisão visava evitar personalismos e centralismos políticos de que a

⁴³ Nome atribuído a uma lista eleitoral fechada.

primeira diretoria era criticada. Já na eleição de 1986, registrou-se o surpreendente número de 7 chapas concorrentes, sendo eleito Antônio dos Santos como presidente e Eli de Souza Lopes como vice presidente (apud Ferreira, 1987). Em 1988, foram 6 chapas concorrentes, em eleições que mobilizavam mais de 2000 pessoas⁴⁴. Essa eleição contou também com o apoio de membros da UTP e FAMOBH⁴⁵, fato que indica uma articulação da UCBSL com outras vilas e favelas de Belo Horizonte.

O aumento expressivo do número de chapas concorrentes, em 1986, à UCBSL, encontra pelo menos duas explicações. A primeira corresponde à existência de orçamento próprio da Associação, obtido por meio de financiamentos nacionais e internacionais, o que facilitava a atuação da Entidade na comunidade.

(...)1976, quando foi fundada a União Comunitária da Barragem Santa Lúcia, a gente recebia alguns recursos, que vinham da Alemanha, que era recebido, o [GTZ], que eram os órgãos que ajudavam a gente, mas passado o tempo, foi ficando muito difícil para se manter, então a gente perdeu esse convênio com os órgãos que mantinham as associações do Aglomerado (...) (Entrevista Davi José do Amaral, 15 de Julho de 2010).

A segunda relaciona-se com a influência partidária que passava a recrutar líderes comunitários como cabos eleitorais, tendo em vista a reabertura democrática e a retomada de eleições livres no país.

(...) alguns, uma boa parte, depois disso ficou escrachado, foi à participação comunitária, a partir do (...), principalmente depois dos anos 80, isso aflorou muito, principalmente na Prefeitura do Ferrara e depois se multiplicou, a participação das pessoas era um segundo plano para um primeiro que era na realidade, eram cabos eleitorais deste ou daquele candidato. Se aquela dita liderança trouxesse algum benefício, não digo que eram todos, mas uma boa parte funcionava, funcionou e depois ficou mais recorrente o exercício da liderança comunitária era um gancho para quando chegasse as eleições, essas lideranças é (...) poder ter algum ganho financeiro para poder fazer campanha para eles, para esse ou aquele candidato, então, as pessoas enxergavam, havia é (...), a vinculação a esse ou aquele parlamentar como a única via de trazer algum benefício, tanto para a comunidade, quanto para eles próprios também. Então, muitas pessoas, se diziam lideranças comunitárias, mas na realidade eram cabos eleitorais ocasionais e a ocupação da liderança comunitária era estratégica, não era, então eu enxergo, vejo dessa forma isso ficou demonstrado aí. Resumindo, nós tínhamos, principalmente depois dos anos 80, lideranças cooptadas, por esse ou aquele vereador, deputado (Entrevista Luiz Carlos Moreira da Costa, 14 de Agosto de 2010).

⁴⁴ Ver Anexo 20 do CD, Ata da eleição de 1988 da UCBSL.

⁴⁵ Federação das Associações de Bairros, Vilas e Favelas de Belo Horizonte, criada em 1983, atuava em conjunto com a UTP, representando o órgão federativo mais permanente e ativo na Capital (apud Somarriba, 1996:62).

Nesse mesmo ano, um grupo apoiado por políticos criaram e registraram uma associação, afirmando que ela representava grande parte da Vila Santa Rita de Cássia e da Barragem Santa Lúcia. Sua formação se deu, após ter sido derrotada na eleição de 1986 e se viu esvaziada, após não ser reconhecida por nenhuma das duas associações existentes⁴⁶ (apud Ferreira, 1987).

Então foi montada uma chapa e eu não participei da chapa como componente não, apoiei a chapa, só que na época foi muito difícil porque houve manipulação por causa do grupo de morador ali da comunidade da Barragem Santa Lúcia para não deixar o Boy ganhar a eleição e assumir. Aí na época foram 13 chapas a concorrer a eleição e esse Boy, no caso, para ele concorrer a eleição tivemos a maior dificuldade, porque eles não queriam aceitar a chapa, alegando que ele morava no Morro e que não morava na Barragem e para aceitar, tivemos que fazer uma pressão muito grande para eles aceitarem a chapa. Aceitaram a chapa e ele foi eleito numa segunda eleição. Na primeira eleição fizeram a maior panelinha e ele perdeu a eleição. Na segunda eleição, por que que ele foi eleito? Porque eles continuaram com o jogo de empurra, eu incentivei a eles a montarem, a fundar uma associação, foi fundada com o nome de Associação de Moradores do Alto Santa Lúcia. Naquela época o governo liberava tiquetes de leite, algum remédio, alimentação, aquela coisa, da época da ditadura, mas aí o pessoal começou a liberar, aí nós conseguimos 150 tiquetes de leite para distribuir para os moradores que na época não recebiam por morar aqui na divisa e aí a Associação do Morro dava mais atenção, infelizmente, ao morador que estivesse mais próximo, mas da Barragem lá embaixo, mas os moradores dessa beirada aqui ficavam sem ser atendida. (Entrevista Paulo Roberto Braga, 26 de Julho 2010)

No depoimento acima, podemos verificar a acirrada disputa política presente no ASL, o que dificultava a personalização de lideranças comunitárias a frente das associações, sendo, então, um traço muito presente no comportamento associativo de Belo Horizonte. O comprometimento de lideranças de associação de bairro ligadas a candidatos a cargo eletivo é algo que podemos verificar até os dias atuais, não sendo avaliadas, ao que tudo indica, de forma negativa por elas. Verificamos também o forte impacto do clientelismo político em sua versão mais assistencialista e eficiente no arrebanhamento eleitoral.

O conflito ocorrido nas eleições da UCBSL tornou-se uma constante. Em 1988, uma das chapas derrotadas, representadas pelo senhor Adelito Justino do Nascimento entrou com uma ação judicial de anulação do pleito eleitoral que atribuía vitória a Sebastião Lopes Pereira. Esse último acabou por sair vitorioso nas eleições por uma diferença de 5 votos em relação ao segundo colocado. A ação não teve efeito e Sebastião

⁴⁶ Ver Anexo 21 do CD, Ata de Fundação da Associação Comunitária Alto Santa Lúcia.

tomou posse em Dezembro do mesmo ano⁴⁷. Dessa forma, as disputas políticas tornavam a Associação um campo de interesses diversos.

A Associação da Vila Estrela surgiu em 1984 e congregava objetivos semelhantes aqueles de suas antecessoras. A atuação das associações de bairro no ASL mobilizou a população local e trouxe para a favela várias melhorias urbanas, como a instalação do encanamento de água e esgoto, rede elétrica, escolas, creches, abertura e calçamento de ruas, postos de saúde, campos e quadras de futebol, além de outros serviços.

Verificou-se também a ligação dessas associações ou alguns de seus membros a CEBs, linha mais progressista da Igreja Católica, desenvolvendo-se um trabalho que buscava inspiração nos textos bíblicos, a fim de refletir e solucionar problemas comunitários. Além da Igreja Católica, verificou-se a existência de várias igrejas evangélicas no ASL, tais como: Batista, Assembleia de Deus, Quadrangular, Brasil para Cristo, dentre outras, embora não tenha sido verificado nenhuma ação institucional dessas igrejas em apoio ao associativismo local no período estudado.

Outro apoio importante a essas associações foram instituições internacionais como AVIS, da Itália, GTZ⁴⁸ e Kirche in Not⁴⁹, da Alemanha. Essa última pautada por um viés religioso, porém de cunho social⁵⁰. A solidariedade internacional advinha da tomada de conhecimento das duras condições de pobreza e miséria no Brasil, principalmente, no período que antecede a Constituição de 1988, marcada pela ausência de políticas sociais sólidas e pela utilização descaradamente da pobreza como moeda de troca política, acomodando o país em uma cultura paternalista que atravessa os dias atuais.

(...) Na época eles soltavam o dinheiro era “conta a gota”, e quem socorria as comunidades era a AVIS, que era uma entidade italiana ou GTZ que era uma entidade alemã. Então essas duas entidades filantrópicas que nos socorriam e ajudavam a comunidade, as periferias (Entrevista José Pedro Moreira, 22 de Fevereiro de 2011).

O financiamento internacional ao associativismo de bairro pode estar relacionado ao interesse estrangeiro pela redemocratização do país. O advento da crise comunista na

⁴⁷ Ver Anexo 22 do CD, Ação Judicial para anulação do pleito eleitoral de 1988 da UCBSL.

⁴⁸ Sociedade Alemã de Cooperação Técnica- GTZ. Ver também Anexo 23, Ata de reunião da UCBSL em que se atesta o recebimento de recursos da GTZ e governo brasileiro, bem como sua finalidade.

⁴⁹ Ver anexo 24 do CD, Ofício emitido pela Kirche in Not, informando doação para ações sociais e religiosas no ASL.

⁵⁰ Na documentação pesquisada das associações não foi encontrado nenhum recibo das doações ou mesmo prestações de contas referente a elas.

década de 1980 na União Soviética levou a re - organização do capitalismo liberal pelas nações capitalistas, o que gerou a criação de um ideal democrático que viesse nas décadas posteriores legitimar os interesses de grupos econômicos hegemônicos, adotando-se requisitos que ampliassem a imersão do Brasil na dinâmica neoliberal capitalista do mundo globalizado. Além disso, podemos considerar que esses investimentos visavam uma redução das condições de miséria do 3º Mundo, com melhorias voltadas para instalação de infraestrutura mínima na periferia, como instalação de saneamento básico, abertura e pavimentação de vias. A avolumada dívida externa brasileira adensada durante os Governos Militares, além do desinteresse da elite em tratar definitivamente do problema, não possibilitaram uma solução promissora ao favelamento, que se expandia proporcionalmente ao êxodo rural e desenfreado crescimento da população urbana.

A Associação da Vila Santa Rita de Cássia foi a que sofreu maior impacto dos efeitos da repressão política no Regime Militar entre 1964 e 1985. Em decorrência disso foi fechada e reaberta apenas no final da década de 1970. Não foi possível verificar quais os fatores levaram a essa maior repressão, entretanto, a postura combativa de líderes comunitários como José Bonifácio faz-nos acreditar que essa comunidade apresentava maiores discordâncias ao Regime ou mesmo nutria simpatia entre influências comunistas que adentravam a comunidade.

A tradição participativa na Vila Santa Rita de Cássia aparenta ser significativamente menor que aquela que verificamos na Vila Barragem Santa Lúcia. Entretanto, a ausência de documentos históricos como as atas de reuniões e outros da Associação da Vila Santa Rita de Cássia, dificultam uma análise mais precisa a cerca da dimensão participativa dessa comunidade.

A precariedade das condições de funcionamento marcam ambas as entidades. A ausência de recursos financeiros para subsidiar atividades e despesas diárias tornava as associações presas fáceis para interesses políticos escusos. Por vezes, a semelhança acerca das dificuldades enfrentadas suscitou entre algumas lideranças o desejo por uma única associação do ASL, entretanto, a medida aparentemente encontrou mais adversários que adeptos e acabou por não se concretizar.

O protagonismo das comunidades pesquisadas possui uma forte identificação com o seu pioneirismo em conquistas sociais e ou religiosas. No que se refere a conquistas

sociais, identificamos o fato de ser a primeira favela de Belo Horizonte a dispor de rede de água e esgoto, rede elétrica e posto odontológico. Além de uma das primeiras a possuir posto de saúde, escolas, posto policial dentre outros serviços públicos. Em 2009, foi a primeira favela do Brasil a contar com um órgão de Defensoria Pública do Estado instalado dentro de um morro, como parte de uma lista de vários outros ineditismos locais⁵¹. Acreditamos que a visibilidade e articulação política da comunidade tenham contribuído para que ela seja pioneira na recepção de projetos sociais de todas as esferas de poder.

A conquista religiosa a que nos referimos está relacionada ao apoio das associações de bairro Vila Santa Rita de Cássia e UCBSL, para criação da primeira Paróquia de Belo Horizonte com todas as suas comunidades em uma favela no ano de 1987⁵². Em 2007, as Obras Sociais da Paróquia Nossa Senhora do Morro, como ficou conhecida, recebeu o Prêmio Nacional de Direitos Humanos da Presidência da República, em reconhecimento à defesa dos direitos humanos na comunidade, na categoria de enfrentamento à pobreza. Já no ano de 2009, a mesma Instituição foi contemplada com o X Prêmio USP⁵³ de Direitos Humanos.

O papel das associações estava diretamente relacionado com as necessidades coletivas da comunidade. Do mutirão para a construção de casas, para “bater a laje”⁵⁴, ou realizar uma festa, o sentimento de partilha parecia trazer consigo a necessidade de sobrevivência às condições de exclusão social. Observamos que o agir coletivo era uma constante no cotidiano dos moradores. Podemos inferir que essa postura tratava-se de um elemento que minimizava os impactos de exclusão social, dado que a busca de alternativas para a sobrevivência, estaria diretamente relacionada com um “viver comum” que tornava a vida mais agradável.

No que se refere a concepção local de direitos, ela relaciona-se diretamente com condições dignas de moradia, saúde, educação, trabalho e segurança. Ao se perceberem

⁵¹ Através da Grande Gincana JUBA (Juventude Unida da Barragem), atividade bienal de lazer e recreação promovida por jovens do ASL desde 1991 para unir as comunidades locais, implantou-se o primeiro time de futebol de Belo Horizonte composto apenas por mulheres. Em 2001, o ASL recebeu também através da UCBSL o primeiro posto de Internet comunitária de Belo Horizonte resultado de parceria com o Governo do Estado de Minas Gerais.

⁵² Ver anexo 25 do CD, Livro do Tombo da Paróquia Nossa Senhora do Morro, em que consta relação da Paróquia local e associações do ASL no âmbito de sua fundação.

⁵³ Universidade de São Paulo (USP).

⁵⁴ O “bater laje” relaciona-se à execução do trabalho de construção de laje em concreto armado.

fora da cidade formal e distante dos direitos dos habitantes que nela vivem, os moradores saíam de encontro aos seus direitos para gozarem as mesmas condições básicas de vida que eram garantidas ao morador da cidade e que, por sua vez, identificamos como cidadania⁵⁵. Observamos que as associações de bairro incrementaram, em suas reivindicações por cidadania, um espírito democrático, que marcou a Constituição brasileira e que se desenvolveria com as novas mudanças sociais vivenciadas no país.

3.2 Desafiando o Regime Militar

Podemos observar que ao longo do século XX, o Brasil passou por dois importantes traumas no que se refere à mobilização popular. O primeiro pode ser entendido com a implantação do Estado Novo entre 1937 e 1945 pelo Presidente Getúlio Vargas, em resposta à primeira grande ameaça comunista no país. O segundo, os “anos de chumbo” entre 1964 e 1985, promovido em um contexto histórico diferente, mas com o comunismo como inimigo comum. Ademais, trataremos aqui apenas do segundo, por estar diretamente relacionado com o objeto desse estudo.

A repressão ditatorial no país significou um duro obstáculo à democracia, enquanto experiência nacional de participação a que o Brasil ainda não se encontrava habituado. Após o Golpe Militar de 1964, verificou-se uma acentuada diminuição no crescimento de associações fundadas em Belo Horizonte⁵⁶, imobilizadas frente à ausência de liberdade e participação política, agravadas com prisões de líderes comunitários, intervenção e fechamento de associações. Somente a partir da segunda metade da década de 1970 pode ser verificado um crescimento do número de associações na cidade. Essas formas organizativas vão tomar grandes proporções e suas reivindicações passam a ser feitas tanto a nível local, quanto nacional (apud Somarriba et al., 1984:49).

⁵⁵ A cidadania que refletimos diz respeito à integração da comunidade e seus moradores à cidade formal, por meio da presença do poder público na comunidade, seja por meio da instalação de equipamentos de saúde e segurança ou da concessão de serviços básicos, como água, luz, saneamento e urbanização.

⁵⁶ Ver anexo 26 do CD./ *Mapeamento do Associativismo Civil no Município de Belo Horizonte*. Observatório de Políticas Urbanas- PROEX/PUC Minas 2005.



Mapeamento do Associativismo Civil no Município de Belo Horizonte. Observatório de Políticas Urbanas- PROEX/PUC Minas 2005.

A década de 1970 e 1980, no Brasil, foi marcada pela ebulição de Movimentos Sociais, tendo destaque o Movimento do ABC Paulista, em que se incorporou nos anos 80 a formação de base do Partido dos Trabalhadores (PT), propondo inclusive uma candidatura presidencial em 1989, com Luiz Inácio Lula da Silva. Essa candidatura, no entanto, só veio encontrar resposta junto ao eleitorado brasileiro em 2002, após ser derrotado em três eleições anteriores. Observamos, assim, que a precariedade nacional, sobretudo urbana, estimulava o surgimento de novos movimentos reivindicatórios.

Jordi Borja destaca que o movimento social pode ocorrer em qualquer grupo social e são gerados por alguns principais fatores como deterioração das condições de vida, déficit de habitação e serviços, ameaça que representa a ação urbanística e movimento de oposição à política urbana (apud Doimo, 1984:26).

Para Avritzer, a partir de meados dos anos 1970, ocorre no Brasil uma “sociedade civil autônoma e democrática”, sendo esse fato relacionado a um aumento das associações civis, sobretudo, o associativismo de bairro. Verificou-se uma re - avaliação da ideia de direito a defesa da autonomia organizacional frente ao Estado, além da defesa de formas públicas de apresentação de demandas e de negociação com o poder público, a

democracia brasileira estaria diretamente relacionada a uma maior organização da sociedade civil (apud Avritzer, 2009:28).

A observação que Doimo realiza é a de que nos movimentos de bairro é difícil perceber a existência de motivações prolongadas, capazes de manterem a continuidade de um Movimento Social. Essa característica apontaria limitações para que o associativismo de bairro emergisse como protagonista de um processo de transformação social amplo ou nacional (apud Doimo, 1984:76).

As poucas pessoas participavam porque que sentiam necessidade de alguma coisa. Hoje está difícil você mobilizar o pessoal, porque pelo menos o básico eles já conseguiram, você pega uma comunidade onde não tem nada, o pessoal se une para arrumar beco, para fazer alguma coisa, mas na medida que a melhoria chega na porta de casa ele deixou de saber, já não vai mais com você para frente. Para frente, o mais da frente que se dane, porque ele fala com você assim: “Não, para quê, a minha porta melhorou, até aqui já melhorou, agora para lá, quem está prejudicado é que tem que conseguir. Isso a gente houve até hoje muito isso (Entrevista José Pedro Moreira, 22 de Fevereiro de 2011).

A característica imediatista destacada na participação dos moradores trata-se de um elemento que poderia contrariar nossa perspectiva de pensar o associativismo de bairro como Movimento Social. Entretanto, o fato de haver uma participação fragmentada no tempo e com objetivos específicos por um morador que já não se mobiliza porque foi atendido em suas reivindicações, não faz perder a característica de Movimento. Como observamos anteriormente, a participação estava condicionada a uma série de fatores externos à vontade do próprio morador. O associativismo de bairro era um Movimento Social Urbano que se fortalecia principalmente na eminência de problemas coletivos, que exigiam uma mobilização organizada da comunidade.

Quando exploramos alguns aspectos da mobilização e desmobilização de Movimentos Sociais no Brasil, verificamos que o país mantém desde o período colonial, um histórico de Movimentos Sociais com a característica de serem pontuais e regionalizados. Ao tecermos uma observação histórica acerca desses Movimentos, percebemos que pensar o Brasil como um todo, sempre foi um desafio aos Movimentos Sociais e o seu ensaio mais eficaz, corroborou com o esfacelamento do Regime Militar de 1964.

Para sobreviver a um contexto de repressão política, algumas associações de bairro em Belo Horizonte se auto-definiram como anti-comunista. Podemos observar que esse elemento, por vezes, causa-nos estranhamento quanto a um posicionamento conservador

das camadas populares. Ao analisar o movimento associativo no ASL, também podemos observar essa característica.

(...) aí nós fomos lá em um Coronel (...), o Coronel então ele era nosso amigo ele pegou e arrumou os papéis todos para nós e quando veio o comunismo, vieram os comunistas para tomar os trem tudo (...) Aí nós fomos lá e o Coronel não deixou, o Coronel liberou para nós (...) Então o comunismo aqui invadiu essas vilas todas, dos bairros todos daqui, ficou invadido, tomado. O serviço que a gente fazia no movimento, negócio de os documentos, os documentos foram tomados, mas o nosso aqui não tomou porque o Coronel aí mais nós, ele liberou e não deixou. Aí veio ele com os comunistas todos chegaram para poder tomar o trem, mas nós não deixamos, não aceitamos, não quisemos, então o comunismo não pode se alastrar aqui e tomar as coisas e nós não aceitamos o comunismo aqui não. Nós não aceitamos o comunismo, aí quando veio tomar as coisas da associação, aí eles não tiveram forças para tomar, porque nós não aceitamos, aí o Coronel, esse Coronel de lá, ali da Serra, ele chegou, olhou assim e falou “estou fechando os postos todos da associação”(…) e ia mas, quando chegou aqui que ele foi olhar os documentos. “Há (...), vocês aqui não aceitaram o comunismo aqui não?” Eu disse, “nós não, nós estamos mexendo com o que é nosso, estamos mexendo com o que é nosso aqui”, aí eles “Há (...) então esses daqui nós não vamos tomar não”, aí deixou, não tomou nada não, ficou tudo conosco (Entrevista Manoel Ferreira dos Santos, 25/07/2010).

Não cabe a nós julgar a história, mas sim problematizá-la ao ponto de melhor entendermos as razões que motivaram nossos antepassados em suas decisões. A partir dessa reflexão que trazemos, as relações privilegiadas dessa comunidade com alguns representantes do poder público e mesmo do Exército não podem ser tomadas como baliza para se afirmar que a comunidade era conservadora. O entendimento que fora produzido pela elite e pela Igreja sobre o comunismo, os comunistas e a própria repressão em curso são também características que dificultam essa análise. O altruísmo das primeiras lideranças comunitárias se misturava com uma genuína habilidade política que contraía percepções históricas e sociológicas acerca de sua capacidade de mobilização política.

Ao analisar o objeto desse estudo, percebemos que o associativismo de bairro travou uma verdadeira batalha pela sua sobrevivência durante o período da Ditadura Militar. A exemplo disso, a UCBSL valeu-se da inteligência e coragem de suas lideranças em desafiar o Regime. Durante vários anos, o Clube de Futebol da comunidade, por meio da Liga Desportiva da Barragem Santa Lúcia, fora utilizado como “esconderijo” para a associação comunitária local e sua mobilização política⁵⁷.

(...), essa Liga foi construída em 76 (...) Como não podia fazer associação comunitária, eles chamaram de Liga Desportiva da Barragem Santa Lúcia, o que

⁵⁷ Ver anexo 27 do CD, carteira de sócio do vice-presidente da UCBSL João Régio dos Santos à Liga Desportiva da Barragem Santa Lúcia.

que eles fizeram, eles construíram, eles tinham um time de futebol, que hoje resumiu no Prointer, não é pai, que foi mudando. Era Serrano Unidos Futebol Clube, depois, Associação Atlética Santa Lúcia, depois era Seleção, então como eles não podiam, eles se esconderam atrás dessa coisa de futebol (Entrevista Sueli Régio da Silva e João Régio dos Santos, 06 de Agosto de 2010).

A mobilização política entre 1976 e 1985 no Brasil, se destaca pela criatividade e audácia. Entre os clubes de futebol dessa comunidade é comum a existência de reuniões semanais para se discutir os jogos e outros assuntos relativos aos clubes. A motivação política dessa tradição é algo que até hoje poucos conhecem. O protagonismo político verificado no ASL chama a nossa atenção novamente para sua localização entre os bairros mais abastados de Belo Horizonte. Essa característica tornaria o Aglomerado alvo das mais variadas ideologias políticas, além do próprio assédio eleitoral.

Dessa forma, podemos compreender que os Movimentos Sociais Urbanos, através do associativismo de bairro, contribuíram para acelerar o processo da reabertura democrática no Brasil, entretanto, ainda persiste a inquietação a respeito de um silenciamento histórico e sociológico de sua real importância. As políticas sociais de Estado atuaram como um barômetro natural acerca de sua mobilização, na medida em que passaram a ser estabelecidas em resposta às pressões exercidas por esse Movimento. Observamos assim que os Movimentos Sociais reiventam-se a partir das angústias sociais produzidas pela ausência ou insuficiência do Estado.

3.3 Partilha de poder ou cooptação?

Como consequência do crescimento desordenado da cidade, emergiram bairros inteiros desassistidos dos serviços mais básicos de urbanização. Para agravar a situação, persistia entre as autoridades políticas um comportamento oportunista, que transformava toda situação de miséria e pobreza em moeda de troca eleitoral na configuração do clientelismo político que favorecia uma aristocracia política nos governos brasileiros.

Historicamente, o morador de favela quase nunca ou nunca é consultado no que diz respeito à formulação de políticas dirigidas para esse segmento da população ou mesmo manifestarem opinião sobre elas. Sua ausência representativa faz-se sentir desde às primeiras comissões formadas para discutir o favelamento da Capital, até os dias atuais

com a elaboração de mega projetos de intervenção urbana na cidade, como foi exposto anteriormente relativo ao Programa Vila Viva.

Dentre as razões que poderiam facilitar a manipulação comunitária por meio da cooptação política no ASL, e em outras favelas de Belo Horizonte e do Brasil, não podemos considerar apenas elevado grau de analfabetismo verificado nessas comunidades. O favoritismo político, os contratos na função pública com altos salários aliado a vantagens diversas é um álibi poderoso para cooptar as lideranças locais que normalmente são alfabetizadas. Porém, como a maioria de seus vizinhos auferem baixos rendimentos e têm nas vantagens oferecidas um canal direto de ascensão social à custa “apenas” de seu apoio político.

A emergência do associativismo no Brasil, na década de 1980, favoreceu a abertura democrática ao mesmo tempo que a legalidade dos partidos políticos. Esses mesmos partidos passaram a absorver as demandas dessas associações, convertendo-as diretamente em braços políticos dispersos pela sociedade.

Na análise documental dessa pesquisa, verificamos que as reuniões que foram registradas em Atas de ambas as associações apresentavam grande importância ao processo eleitoral interno. A ausência de maior registro das atividades do cotidiano dessas associações, frequentemente abre margem para que apareçam lideranças comunitárias a adotar uma respectiva obra como fruto de seu trabalho ou esforço pessoal. Essa característica se evidencia, principalmente, no período das eleições da Cidade, em que partidos políticos diversos arrebanham essas lideranças como candidatos a vereador, a fim de engordar suas votações no pleito legislativo municipal.

Outro fator que acreditamos relacionar-se a essa cooptação é a própria condição de pobreza observada nessas associações de bairro. A pobreza, seja da associação, seja da liderança comunitária é constantemente utilizada como acesso direto, sobretudo por políticos, às comunidades. Assim, recursos públicos eram constantemente utilizados por parlamentares como se fossem recursos pessoais doados para a implantação dos primeiros serviços públicos na favela, tais como pavimentação de ruas e becos, instalação da rede de água e esgoto, serviço de telefonia etc.

(...) então você não tinha a Prefeitura diretamente fazendo, você tinha a doação do material, mas a mão-de-obra, ela era da comunidade, então isso fazia com que as pessoas no dia-a-dia entendessem que quando todo mundo fizesse juntos, as

coisas aconteceriam, então, a maioria das obras que foram feitas aqui, foram feitas dessa forma (Entrevista Marcos Guimarães Silva, 18 de Julho de 2010).

A necessidade de um determinado bem coletivo transformava a percepção da ação do poder público como se fosse uma ação voluntária e gratuita do político. O discurso de que os recursos para as obras no morro eram insuficientes ou fruto de doação pessoal era constantemente utilizado por representantes do Estado, que como consequência recebia o trabalho voluntário dos moradores. O que é interessante observar é que não foi encontrado na historiografia da cidade formal, nenhuma referência a obra pública que tenha sido feita por intermédio de trabalho voluntário de seus moradores.

Em Belo Horizonte, podemos observar a emergência de federações representativas de moradores de favela com fins eleitorais. O populismo, aliado ao clientelismo político, constituíram-se as principais ferramentas de aproximação da população periférica. O discurso político que inflamava as massas e garantia o voto, raramente se convertia em política efetiva na resposta aos anseios desse segmento da população que apresentava, e ainda apresenta, em função dessa cooptação, um perfil conservador ao escolher representantes das elites para os governos políticos locais.

Gohn analisa a concepção teórica de Guattari, de que alguns movimentos sofrem um clássico processo de atração pelo Estado, que podemos entender como ação de cooptação. A ideia dessa autora pode ainda ser sintetizada no argumento de que quando um Movimento Social se esgota em uma secretaria governamental, ele morre (apud Gohn, 1995).

Podemos inferir que, no caso estudado, houve uma cooptação política das associações de bairro que se valeu de pelo menos duas formas distintas. A primeira, por parte do governo vigente que, por vezes, antecipou-se às reivindicações comunitárias e manipulou lideranças em virtude de interesses escusos. A segunda, por meio de políticos com mandado ou sem mandato, que em troca de interesses pessoais ou comunitários, acordaram parcerias com dirigentes da associação e lideranças comunitárias, normalmente fadadas ao fracasso, seja do interesse pessoal ou mesmo coletivo.

A cooptação política das associações de bairro e lideranças comunitárias constitui um dos maiores desafios a esses Movimentos Sociais, que por vezes se esvaziam de um sentido próprio, tornando-se braços políticos do poder constituído, restando às

comunidades e grupos pseudo - representados ficar à deriva de suas reais necessidades. A emergência de governos políticos ligados à tradicional esquerda brasileira acabaram por acentuar esse processo de cooptação outrora largamente utilizado por elites dominantes de direita. Observamos, desse modo, que a superação a esse desafio passaria inevitavelmente pela re - estruturação política dos modelos de representação e quiçá da ressignificação da própria democracia brasileira.

3.4 Novo Modelo de Mobilização

Ao analisar novas formas e modelos de mobilização comunitária, verificamos uma grande influência das igrejas evangélicas e outros grupos religiosos menores. O associativismo religioso assume um papel extremamente importante na configuração das redes sociais estabelecidas na comunidade. Na maioria dos casos, a vida comunitária se restringe a essa comunidade religiosa e à utilização passiva de comércio e serviços oferecidos na vila.

A partir de 1997, por iniciativa da Paróquia Nossa Senhora do Morro passou a ser organizado no ASL fóruns de lideranças e entidades locais. Esses fóruns marcaram a necessidade de se buscar alternativas coletivas para enfrentar os desafios encontrados para uma melhor qualidade de vida no Morro. Entretanto, as divergências entre as lideranças dessas entidades e sua forma de atuação constituíram-se os maiores obstáculos a essa iniciativa. Apesar das divergências, anualmente são promovidos fóruns em que reúnem boa parte das instituições locais, mas com resultados ainda pouco satisfatórios no que concerne ao planejamento conjunto de ações.

A mobilização coletiva das entidades do ASL alcançou seu maior êxito em 2002, ao conseguir, de modo inédito, que a administração municipal executasse imediatamente obras aprovadas no OP de anos anteriores e que estavam paralisadas. Além disso, conseguiram que fosse instalada uma passarela garantindo a travessia em segurança de pedestres na Avenida Nossa Senhora do Carmo⁵⁸. Essa última reivindicação obrigou o

⁵⁸ Conhecida até a década de 1980 como BR-3, trata-se de uma importante Avenida de Belo Horizonte que, por ser uma via de trânsito rápido, já ocasionou dezenas de acidentes fatais que rasgam a memória dos moradores.

poder público a alterar o seu estatuto no que concerne à proximidade de passarelas em vias públicas, o que só se tornou possível após desgastante negociação.

(...) no grupo Amigos da Criança eu consegui colocar 150 pessoas, na Igreja dessa senhora nós conseguimos colocar 40 pessoas e a senhora 40, 80, aí eu vou correr atrás das outras igrejas, correr atrás do Padre Mauro, explicar a ele o que está acontecendo e nós vamos colocar 2000 pessoas ali para parar a BR e vamos cobrar da Prefeitura, se a Prefeitura não fizer a passarela, nós paramos a cidade através dessa mobilização da comunidade, nós paramos o trânsito ali, nós paramos a cidade(...) Foi incluído aquele Espaço também (Unidade Municipal de Educação Infantil), mais 10 obras do Orçamento Participativo. Então, quando eu falo com você no caso aí, da não mobilização da comunidade, que a comunidade perdeu força, é por isso aí, porque nós fizemos 5 reuniões, as Instituições todas que dependem da BR para atravessar para ir para o seu trabalho, as pessoas mais a frente assumiram trazer as pessoas para participar da manifestação, aí divulgamos, levamos o ofício para a Prefeitura e cobramos(...) (Entrevista Paulo Roberto Braga em 26/07/2010).

A reunião de pessoas das diferentes instituições teria sido o componente essencial dessa conquista. Não se sabe ao certo quem iniciou o Movimento da Passarela, o que podemos constatar é que foi uma obra fruto da mobilização coletiva de instituições, sendo que as associações de bairro do ASL já não ocupavam uma posição central nessa reivindicação. A união das entidades é aqui apresentada como o meio mais eficaz para se atingir o poder público. Observamos assim que a ação isolada de uma associação de bairro para conseguir melhorias de infra-estrutura para a comunidade fora posta de lado em função do maior êxito alcançado com a congregação institucional do ASL.

Difícilmente a luta diária pela sobrevivência deixa espaços para uma atuação consciente dos rumos tomados pela vida. Em outros casos, a “consciência” acerca dos caminhos percorridos abre espaços para valores da sociedade capitalista atual, moldados na cultura do mérito, que simplifica em uma única equação os vencedores, como aqueles afeitos ao trabalho e a dedicação, e os perdedores, afeitos a preguiça e indisciplina. Equação essa, que assume o seu papel na resignação dos pobres desde os primórdios do capitalismo.

A partir de 2003 o ciberespaço passou a ser contemplado na mobilização comunitária, atingindo de forma progressiva tanto os moradores com maior nível de escolaridade, quanto aos menos escolarizados. Por iniciativa da Associação dos Universitários do Morro, criou-se ferramentas, como sítios na *internet*, listas e fóruns de discussão, que pudessem familiarizar os moradores com a rede de computadores e organizar-se por intermédio dela. Em decorrência dessa medida, dezenas de jovens

ingressaram em seu primeiro estágio e alguns concorreram a bolsas de estudos nacionais e internacionais, alcançando êxito em pelo menos três processos seletivos da norte-americana Fundação Ford. Em 2008, a mesma Associação lançou um sítio na internet com a finalidade de divulgar e congregar as associações e organizações do ASL.

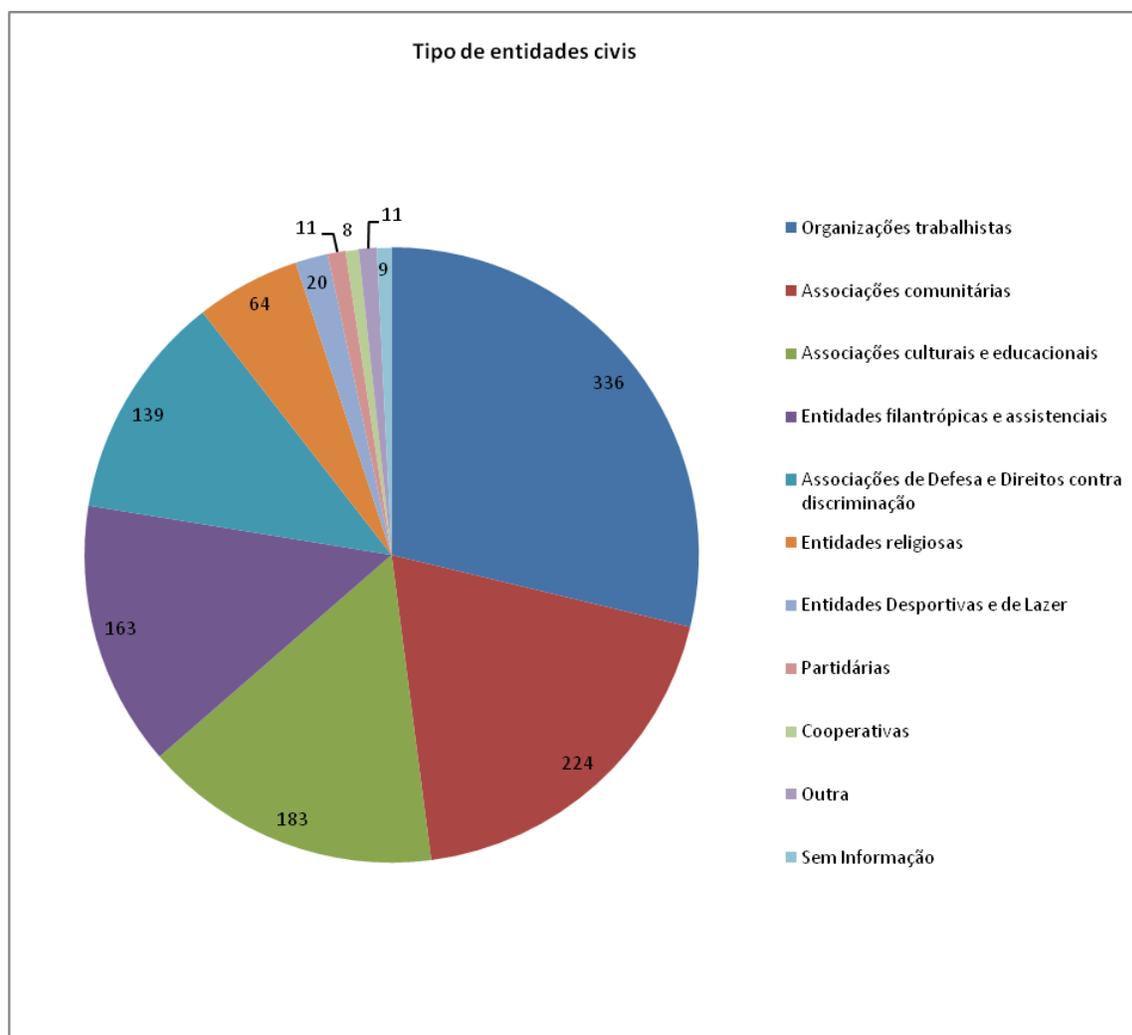
CAPÍTULO 4 - “DEMOCRATIZANDO A DEMOCRACIA”

4.1 O legado do Associativismo de Bairro

A mobilização política no Brasil a partir da segunda metade da década de 1970 ecoou por todos os segmentos da sociedade brasileira. A democracia ganhava novo formato nas reivindicações urbanas e rurais. Os setores mais excluídos da sociedade ansiavam por ser ouvidos em suas reivindicações. O país ainda sem saber retomava os trilhos da democracia e reformulava seus princípios constitucionais agora com a marca indelével do povo.

O associativismo de bairro é a segunda forma de organização civil mais presente em Belo Horizonte⁵⁹, estando atrás apenas das tradicionais organizações trabalhistas. Já na década de 1980, contava com 265 associações (apud Somarriba *et al.*, 1984:9). Entretanto, a tradição do ativismo político mineiro, semelhante ao restante do país, esbarrou frequentemente na política do clientelismo, que se estabeleceu como uma marca do Estado brasileiro em que o voto tornou-se uma moeda de troca por cidadania.

⁵⁹ Ver anexo 28 do CD/*Mapeamento do Associativismo Civil no Município de Belo Horizonte*. Observatório de Políticas Urbanas- PROEX/PUC Minas 2005.



Mapeamento do Associativismo Civil no Município de Belo Horizonte. Observatório de Políticas Urbanas- PROEX/PUC Minas 2005.

Ao modelo de democracia que se sucedeu na Europa na segunda metade do século XX e que no último quartel desse século foi transportado para América Latina, autores como Boaventura de Souza Santos identificam-no como Democracia Hegemônica. Por meio desse modelo e de estruturas institucionais, o cidadão comum é imbuído de autoridade para escolher seus representantes, sendo o maior entendimento do processo democrático relegado apenas às elites. A democracia hegemônica seria assim uma valorização da apatia política, uma contradição entre mobilização e institucionalização, uma crença de que o processo democrático é incompreensível ao cidadão comum. Enfim, o debate democrático centrado nas eleições, em que o pluralismo político é entendido

apenas como a incorporação de novos partidos e a disputa entre as elites, (apud Santos, 2002:72)

A experiência do Orçamento Participativo (OP) realizado em Porto Alegre e Belo Horizonte, na década de 1990, são percebidos por Santos (2002) como uma forma contra - hegemônica de se estabelecer a democracia. Verificamos entretanto, que duas décadas após a implementação desse sistema participativo em Belo Horizonte, sua empolgante distinção democrática converteu-se parcialmente no modo hegemônico de democracia criticado por esse autor. Verificamos que todo modelo, quando se torna hegemônico, tende a produzir experiências de exclusão. A institucionalização do OP promovida pelo Partido dos Trabalhadores (PT)⁶⁰ em Belo Horizonte tem revelado uma “hegemonização” da democracia tal qual a que critica, dado que esse processo estaria se convergindo na legitimação de interesses escusos do poder vigente, camuflado com uma roupagem pseudo - democrática e legitimadora dos interesses de grupos estabelecidos.

A partir dessa observação, corroboramos com a análise de alguns líderes comunitários de que o OP enfraqueceu a atuação das associações de bairro, pois passou a ser um canal direto de contato entre o poder público e a população.

E aí na democracia, no governo do PT, lançou-se o Orçamento Participativo para enfraquecer as lideranças comunitárias, porque naquela época (Década de 1980) os líderes comunitários tinham muita força, como eles lançaram o orçamento participativo, quem faz é a Prefeitura. Então, os presidentes das associações, na verdade, só mobilizam o povo e indicam as obras, quem aprova é o povo, na hora de executar é a Prefeitura é quem fiscaliza, nem é a associação, é o morador comum. Então enfraqueceu a associação comunitária. (Entrevista Paulo Roberto Braga em 26/07/2010)

A análise acima também chama a nossa atenção ao fato de muitos líderes comunitários associarem o poder da associação ao poder do seu presidente, o que identificamos como personalismo político. Nessa avaliação, o OP assume o papel do líder comunitário, enquanto mediador entre a comunidade e o prefeito, restando a essa liderança apenas a tarefa de mobilizar a comunidade para participar de uma iniciativa que é da Prefeitura e não da associação de bairro. A participação do morador comum e que não esta vinculado à associação é supervalorizada o que, por sua vez, reduziria a importância

⁶⁰ Criado em 1980, o Partido dos Trabalhadores (PT) foi um partido de esquerda tardio, que coincide com a crise do comunismo na URSS (apud Avritzer, 2009:20), representando um importante movimento de esquerda da América do Sul, e teve, como seu principal representante, Luiz Inácio Lula da Silva, que após três eleições presidenciais, conseguiu, com grande apoio popular, eleger-se presidente do Brasil.

da associação. Desse modo, o OP teria promovido uma marginalização da associação de bairro ao se potencializar enquanto mediador das relações entre comunidade e Prefeitura.

Por sua vez, Avritzer, ao analisar o OP em São Paulo, identifica esse formato de participação como um potencializador do associativismo.

(...) O que o orçamento participativo faz é proporcionar à parcela da população que tem propensão participativa um formato institucional que permite a participação individual e que associa participação a distribuição de bens públicos (...). O OP ajuda a expandir o associativismo para o conjunto da cidade (Avritzer e Sanches, 2004:29).

Contrariando a perspectiva desse autor, observamos que o OP tenderia a promover a iniciativa civil não - organizada, uma vez que não se constitui um critério absoluto que o indivíduo dotado do poder de voto faça parte de uma associação organizada para participar das assembleias do OP. Nessa abordagem, procura-se destacar o lado hegemônico do OP ou mesmo sua massificação criteriosa, que através de um conjunto de procedimentos metodológicos utilizados nas comunidades, tenderia a promover a resignação em caso de obras votadas e não aprovadas no dito processo democrático.

Deste modo, entendemos que o OP passou a ser visto como única alternativa de contemplação às reivindicações comunitárias e que o “formato institucional” citado por Avritzer, representa também um tipo de “hegemonização da democracia”. Ao contrário do que vislumbra o autor, esse formato institucional tende a reduzir as expressões democráticas que estejam a margem do processo hegemônico formatado, engessando, desse modo, qualquer outra modalidade reivindicativa e sufocando a dinâmica de mobilização popular.

Em outro depoimento do líder comunitário Paulo Roberto Braga, o entrevistado evidencia as dificuldades em se relacionar com a Prefeitura de Belo Horizonte, por meio de outros formatos reivindicativos, ainda que fossem para exigir o cumprimento de obras aprovadas em edições anteriores do OP.

(...) o PT, dentro aqui da cidade de Belo Horizonte nunca tinha cedido a uma manifestação, todo mundo fez pressão no PT, líder comunitário, nenhuma comunidade mobilizou e conseguiu adesão da Prefeitura e o Aglomerado Santa Lúcia conseguiu o que nenhum outro Aglomerado, ninguém da cidade conseguiu na base da mobilização e da pressão, conseguir as obras todas que foram cobradas (Entrevista Paulo Roberto Braga, 26 de Julho de 2010).

No depoimento acima, verificamos que o espaço de diálogo com a Prefeitura esteve restrito, nas últimas duas décadas, ao formato instituído pelo OP. Desse modo, restava às comunidades acomodarem-se, fossem às obras aprovadas ou não. Observamos que a inclusão é um elemento contra - hegemônico, na medida em que todo processo hegemônico é fator de exclusão. Entretanto, quando moldada a partir da premissa de que ser ouvido é mais importante que ser atendido e que essa característica já institui um estado democrático, estamos diante de um novo despotismo.

(...) embora a inclusão possa constituir uma força de resistência considerável ao advento de regimes abertamente autoritários ou despóticos, seu efeito massificador, ao combinar-se perversamente com o igualitarismo da sociedade democrática, traz a possibilidade de formas novas e mais sutis de despotismo. Sutas porque não são impostas pela força, mas resultante do próprio consentimento do cidadão comum, submetido a processos de alienação que o fazem despreocupar-se das grandes questões políticas, e de anestesiamento de sua capacidade de contestar (Araújo, 2009:67).

A análise realizada por Araújo (2009) nos permite entender que da mesma forma que o igualitarismo de uma sociedade democrática tem seu efeito massificador, a institucionalização do OP como a única via reivindicatória reproduz essa mesma característica. Garantido o direito de *jus esperniandi*⁶¹, restaria às comunidades não atendidas acomodarem-se à decisão democraticamente estabelecida de que sua obra era menos importante que a de outra favela, por vezes em pior condição que a sua. A ausência de recursos para realização de ambas as obras é tomada como um fator natural e inquestionável. O processo democrático encerra-se na escuta das reivindicações realizadas por técnicos da prefeitura, que também são representantes indiretos do Prefeito e na homologação da obra prioritária.

Podemos observar também que a experiência do OP em Belo Horizonte, além dessa massificação, estabeleceu uma relação diferenciada com os segmentos menos favorecidos da cidade. Em diversas edições do OP não se verificou a presença de grupos mais abastados da sociedade, o que indicava que as obras reivindicadas por esses segmentos, não se apoiavam no crivo participativo direto, mas em figurões políticos que possuíam livre acesso à Prefeitura e a forma como ela distribuía o seu orçamento entre as

⁶¹ Também conhecido como direito de esperar, trata-se de um jargão forense relacionado a perdas judiciais em processos diversos.

obras. Em função de diversas críticas recebidas, edições mais recentes passaram a contar com o OP da cidade formal, o que não quis dizer fim dos “privilégios democráticos”.

Em 2006, a Prefeitura Municipal de Belo Horizonte lançou o OP Digital, que consiste no uso de Tecnologias de Informação e Comunicação para que o eleitor de Belo Horizonte pudesse escolher obras estruturantes para a cidade através da internet ou telefone. Dentre seus maiores objetivos estavam incluir a classe média da cidade, a juventude, além de definir obras de maior abrangência no Município, como avenidas, trincheiras, praças dentre outras que beneficiariam mais de uma comunidade. Essa foi a primeira experiência mundial realizada por um governo local como instrumento deliberativo de parte do orçamento público (apud Nabuco, 2009:139).

Acreditamos que Santos e Avritzer fizeram uma importante análise do OP na cidade de Porto Alegre e Belo Horizonte, mas não se ativeram ao acompanhamento processual do que identificam como democracia participativa ou contra - hegemônica. Ao considerarmos os reflexos dessa experiência democrática no seio das comunidades diretamente envolvidas, percebemos que as análises de Santos e Avritzer divergem do que observamos com este estudo de caso, sobretudo, por não se dedicarem a observar os efeitos que esse formato institucional do OP representaria ao associativismo de bairro e seu papel fundador.

Verificamos que são inegáveis as contribuições do OP às comunidades menos assistidas da cidade. Entretanto, a institucionalização do OP veio gerar efeitos semelhantes ao que Santos identifica como Democracia Hegemônica. Valorizamos o OP como um canal importante de participação popular, porém, à medida que ele tornou-se o único viés de participação e reivindicação popular, sua tendência aponta para uma hegemonização da democracia aos moldes de um determinado governo e seus apaniguados. Essa característica tem limitado drasticamente suas possibilidades na promoção de justiça social, principalmente, quando os recursos destinados ao OP não representam uma fatia significativa do orçamento do município⁶².

O OP consolidou a relação das associações de bairro como mediadoras entre o poder público e as comunidades. Por exigência desse mecanismo governamental, as associações passaram a contar com a obrigatoriedade de se reunirem para selecionar e

⁶² Ver Anexo 29 do CD, Carta Aberta criticando o Orçamento Participativo.

escolher as obras prioritárias a serem apresentadas a cada ano. Ao mesmo tempo, passaram a ter a tarefa de mobilizar a comunidade para participar das Assembleias. Desse modo, nas duas últimas décadas em Belo Horizonte a relação do associativismo de bairro com o poder público passou a ter uma única vertente, ou seja, a participação no OP.

A institucionalização do OP nos últimos 18 anos promoveu um comportamento atípico das associações de bairro analisadas neste estudo de caso e acredito que não se restrinja apenas às mesmas. A sua principal pauta de trabalhos passou a ser definida por agentes da Prefeitura e não pela associação local e pessoas da comunidade. Diversas reuniões, pautadas por um caráter informativo, abarrotavam a agenda das lideranças locais tomando-lhes o tempo que passariam em suas próprias comunidades. Desse modo, as previsões de Santos se concretizam quando ele afirma que: *“Ao perigo da perversão e de descaracterização não estão, de modo nenhum, imunes às práticas de democracia participativa”* (Santos, 2002: 74) O que acreditamos ter ocorrido na experiência desenvolvida em Belo Horizonte em função das características que aqui apresentamos.

A experiência de participação popular através do OP constitui uma experiência de revolução social. Entretanto, faz-se necessário que haja um entendimento desse processo de “democratização da democracia” que seja capaz de se isentar do partidarismo político, que por vezes acaba por impregnar análises científicas e não depreender das armadilhas pseudo democráticas e seus efeitos de exclusão por via do consentimento instituído.

4.2 Por uma Constituição Cidadã

A história das constituições brasileiras revelam que ao longo da criação das suas “cinco primeiras versões”, a cidadania fora introduzida de modo gradativo e sem produzir grandes alterações no seio da sociedade. Apesar de a CF de 1988 ser também fruto de uma pressão internacional que exigia a adoção do modelo democrático neoliberal global, a interferência dos Movimentos Sociais contribuiu para que houvesse nela uma característica diferenciada das demais, sobretudo, por haver um acompanhamento acerca de sua implementação de fato, o que se verificou por meio da criação de estatutos diversos que irão alicerçar o papel do Estado na condução de um projeto de cidadania para o país.

Em 1824, a Primeira Constituição Brasileira, ampliava os poderes dos parlamentares e possibilitava ao Imperador poderes absolutos. A cidadania constituía um valor restrito, sendo considerados cidadãos apenas os trabalhadores livres. Foi também uma das primeiras constituições modernas a tratar sobre a obrigatoriedade do ensino. Já em 1891, a promulgação de uma nova constituição, inspirada na constituinte norte-americana, resultou de pouca participação popular. Estabeleceu-se a República Federativa sob regime presidencialista. A Câmara de Deputados e o Senado passaram a ser eleitos por sufrágio universal, por parte dos cidadãos alfabetizados, sem restrição de renda. A religião católica deixou de ser oficial e o ensino passou a ser laico. Não previa educação, ensino ou escolarização obrigatória. Foi vedado o direito de voto aos analfabetos (apud Gohn, 1995).

A Constituição de 1934 possuía, por sua vez, um tom nacionalista, adotando medidas de proteção ao trabalho e possuiu, a exemplo das anteriores, pouca participação popular. O voto foi estendido às mulheres e maiores de 18 anos. Preconizava-se a educação como um direito de todos, devendo ser ministrada pela família e pelos poderes públicos na língua pátria.

Em 1937, foi a vez da Constituição do Estado Novo. De inspiração fascista, ela destrói as bases da Federação e autonomia dos poderes, acaba com a autonomia dos sindicatos e determina o fechamento dos partidos políticos. A educação passou a ser vista como um dever do país, funcionários contrários ao governo poderiam ser demitidos ou aposentados a qualquer momento (apud Gohn, 1995).

A Constituição de 1946, antecessora da CF de 1988, ficou conhecida pelo tom mais liberal da história do país, pela participação popular reduzida, embora contasse com a presença do partido comunista. Restabeleceu a independência dos poderes, instaurou a autonomia dos estados e os direitos individuais. Essa também restabeleceu o direito de greve, segundo o qual a organização sindical passa a ser regulamentada por lei, permanecendo atrelada ao Estado (apud Gohn, 1995).

A CF de 1988, marcada por grande participação de grupos organizados da sociedade civil, previa sua própria revisão em um prazo de cinco anos, introduziu vários dispositivos na área dos direitos sociais, com destaque para realização de plebiscito (apud Gohn, 1995). Assim, o Movimento Social levou para o processo da Constituinte (1986-1988) sua luta pela democratização, a publicização do Estado, a necessidade do controle social,

incorporando formulação, deliberação, monitoramento, avaliação e financiamento das políticas públicas, transformando essas questões em políticas sociais (apud Moroni, 2009:109).

O manifesto pelo direito à iniciativa popular de apresentar emendas ao projeto da Constituição colheu mais de 400 mil assinaturas, principalmente em São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul. Ao todo, a sociedade civil apresentou 168 emendas, para as quais foram colhidas cerca de 12 milhões de assinaturas, sendo que 60% delas foram aprovadas e constam no texto constitucional (Cunha e Pinheiro, 2009:144).

Também denominada Constituição Cidadã, a CF de 1988 contou com 122 emendas populares que foram incorporadas ao texto constitucional. Apresentou abertura que previu uma participação direta de distintos setores da sociedade, um funcionamento pleno das instituições políticas, contribuindo para o seu amadurecimento, ao mesmo tempo em que possibilitou a conquista de maiores espaços de participação (apud Lambertucci, 2009:84).

Na CF de 1988, o Estado brasileiro reconhece constitucionalmente o direito à cidadania, como algo a ser atribuído a todos os brasileiros, contemplando, assim, os mais variados segmentos da sociedade. Passadas duas décadas da nova Constituição, verificou-se um vertiginoso avanço das políticas sociais no país, após elas gozarem de um status institucional.

Identificamos que a organização civil e os direitos sociais se institucionalizam em alguns de seus artigos como 14, 15 e 16, em que se definem os direitos políticos, destacando-se a soberania popular por intermédio do sufrágio universal com voto direto e secreto, restrições a cassação dos direitos políticos e definição de alterações no processo eleitoral respectivamente. Já no artigo 204 a participação popular se consagra como barômetro essencial para a formulação de políticas sociais em todo o âmbito da sociedade, consagrando-se um efetivo compromisso com a assistência social. Enfim, no artigo 227, define-se um comprometimento estatutário com a criança e o adolescente, medidas essas que tornaram a CF de 1988 uma celebração do compromisso do Estado brasileiro com os segmentos mais fragilizados de nossa sociedade.

Podemos observar que a CF de 1988 fundou alicerces de um Estado brasileiro capaz de redesenhar a cidadania no país a partir da integração de segmentos até então alijados. A formulação de importantes estatutos, como Estatuto da Criança e do

Adolescente (1990), no mandato do Presidente Fernando Collor do extinto Partido da Renovação Social (PRN), Estatuto da Cidade (2001), no mandato do Presidente Fernando Henrique Cardoso do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) e Estatuto do Idoso (2003), no mandato do Presidente Lula da Silva do Partido dos Trabalhadores (PT), são exemplos de que, mesmo em governos de diferentes perspectivas, o Estado brasileiro apresentou avanços estatutários em suas políticas sociais.

A CF de 1988 representou um ordenamento jurídico que lançou a sociedade brasileira em um compromisso com a cidadania, por estar orientada pela primícia de um Estado democrático e incorporar elementos inéditos na história das constituições brasileiras, tornando em sua totalidade, para milhões de brasileiros, uma verdadeira utopia. Entretanto, grandes avanços tem se verificado e o viver, em suas dimensões mais amplas, passou a ser um horizonte para milhões de brasileiros que tinham sua existência apenas como uma luta diária pela sobrevivência.

4.3 Credibilidade e resposta

As associações UCBSL e Vila Santa Rita de Cássia tornaram-se referências em suas comunidades, uma vez que suas primeiras lideranças organizavam ações coletivas que mobilizavam a comunidade para diversas atividades, tais como: a construção, em mutirão, de casas, creches, escolas, capelas, postos de saúde etc. Assim, o morador passou a ter essas lideranças e, posteriormente, a associação de bairro como uma referência imediata na comunidade e, até mesmo, como um órgão do poder público, como ocorre até os dias atuais. Por sua vez, o poder público se valeu dessa referência para a implantação dos primeiros serviços públicos nas vilas do ASL. Políticos populistas também se aproximaram dessas lideranças promovendo um verdadeiro assédio a suas utopias mais idealistas.

(...) a partir do momento que você se coloca dentro da comunidade como líder comunitário, as pessoas já veem você diferente. 'Eu vou no presidente da associação, porque ele vai resolver esse problema'. Achava que você tinha condições de resolver. Na verdade, você não teria condições de resolver, mas você sabia a quem você poderia encaminhar. Então você pegava a prioridade ali das pessoas e encaminhava para outro órgão, que poderia atender e dessa forma a gente ia resolvendo os nossos problemas do dia- a-dia(...) (Entrevista Davi José do Amaral, 15 de Julho de 2010).

O líder comunitário que se tornou membro da diretoria da associação de bairro passou, dessa forma, a ser identificado como um mediador entre o poder público e o morador da comunidade. Desse modo, a associação contava com informações que não eram de conhecimento dos demais moradores, residindo, aqui, um papel crucial ao seu funcionamento como detentora e disseminadora de informações. Com o advento das novas tecnologias de informação e comunicação, na década de 1990, novos serviços de atendimento à população passaram a ser oferecidos pela Prefeitura, o que diminuiu essa importância sem, contudo, interromper a prática tradicional e ainda recorrente no ASL de se buscar informações na associação de bairro.

Ao obter êxito em suas reivindicações, os moradores passaram a confiar cada vez mais na associação e em seus dirigentes. Por vezes, a atuação de um presidente de associação transcendia questões políticas da comunidade, convertendo-se ele em confessor, psicólogo, assistente social etc. A sobrecarga de funções e tarefas encontrava alento em cada conquista comunitária, assim como também projetava essas pessoas a uma posição de destaque na comunidade. A história construída pelas associações legitimou a sua importância, entretanto, coube a cada distinta diretoria continuar, através de seu trabalho, a comprovar a sua utilidade.

4.4 Mobilizar para existir

O Associativismo de bairro no ASL teria surgido como uma forma de resposta coletiva a ausência de direitos de cidadania dos moradores dessa comunidade. As Associações de bairro, nesse sentido, atuaram como um barômetro de percepção da realidade pelo Estado, de modo a serem implementadas obras e serviços em respostas às reivindicações dos moradores.

Podemos verificar que a ação interpelativa da comunidade junto ao Estado, correspondeu ao que autores contemporâneos da sociologia tratam por governação em rede, uma vez que a pressão exercida pelas comunidades sobre o Estado, levaram-no a adotar políticas que respondessem às necessidades populares, ao mesmo tempo em que reduziam as contestações ao governo.

Podemos perceber que o associativismo naquele contexto era a forma ideal para se garantir a moradia, na medida em que a participação no mutirão configurava um compromisso com o outro, seja de gratidão por ter a casa construída também de modo colaborativo, seja pela certeza de que sua casa poderia ser também erguida seguindo o mesmo procedimento ou mesmo por puro altruísmo.

A experiência oriunda do associativismo de bairro no ASL contribuiu para um amadurecimento nas relações com o Poder Público e Organizações Não Governamentais - ONGs. Lideranças comunitárias passaram a exigir um papel proativo junto às instâncias do poder público e ONGs. Desse modo, projetos sociais que foram feitos para beneficiar a comunidade passaram a contar com uma maior presença dos moradores, sobretudo, em sua elaboração e implementação. Essa mudança pode ser verificada a partir de 1995, quando a comunidade passou a ser alvo dos mais variados projetos sociais motivados pelos interesses mais diversos.

Entendemos que todo espaço de poder pode ser um espaço de opressão. O poder opressor, por vezes identificado no poder do Estado, toma consciência da opressão que exerce na medida em que o agente oprimido “grita” suas dores produzidas a partir dessa opressão. Esse movimento marca a trajetória de mobilização do associativismo de bairro. A mobilização popular corresponde ao grito dos oprimidos e se configura em um alerta ao poder opressor. Assim, mobilizar corresponde a gritar a sua existência, impedir a opressão.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A mobilização social que verificamos nas décadas de 1970 e 1980 ajudamos a compreender o processo de reabertura democrática no Brasil. O associativismo de bairro também é protagonista dessa reabertura, na medida em que realiza uma pujante pressão ao poder público pela efetivação do direito à moradia, dentre outros serviços que reivindicam, em síntese, a presença do Estado e o cumprimento de seu estatuto legitimador. Apesar de constituir um período em que o Regime Militar cerceava a liberdade política, a criatividade e ousadia transformavam todas as brechas em possibilidades de mobilização e transformação social. Os Movimentos Sociais reinventam a apreensão de cidadania no país, transformando suas mais variadas reivindicações em bases efetivas para a elaboração de políticas sociais. A percepção do associativismo de bairro enquanto Movimento Social corrobora com a importância desse segmento e o transfere para o quadro interpretativo acerca de seu protagonismo na democracia brasileira.

As entrevistas conseguidas constituíram o fundamento de nossa análise acerca do objeto pesquisado. Com elas, confrontamos as opiniões das lideranças com as opiniões de pesquisadores sobre o movimento associativo e demonstramos algumas incongruências dessas narrativas. Serviram também para, evidentemente, se alcançar os objetivos da pesquisa, favorecendo a comprovação ou mesmo o descarte de algumas de nossas hipóteses de partida.

A documentação paroquial que foi consultada não relatava situações de conflito, embora possamos imaginar que existiram ou foram suavizadas no papel hierárquico do sacerdote. Sua abordagem relaciona-se diretamente com atividades religiosas, entretanto, a atuação social realizada pela Paróquia Nossa Senhora do Morro é registrada de modo a identificarmos períodos em que a Entidade se aproxima ou se distancia de atividades de cunho social. A dinâmica social da comunidade é relatada, com destaque à situação de pobreza e miséria de seus moradores.

Quanto à documentação da Associação da Vila Santa Rita de Cássia, verificamos que não há uma tradição de registro das atividades nessa comunidade, sendo as entrevistas com antigas lideranças a nossa principal fonte de informação. As situações de conflito

marcam a documentação, sobretudo, dos processos eleitorais, demonstrando uma tendência de registrar - se apenas as reuniões mais importantes dessa Entidade e, portanto, sujeita a maiores contra-sensos.

A UCBSL apresenta em sua documentação uma acentuada relação de conflito e disputas políticas, o que tornava a Associação um campo dos mais diversos interesses. Há o registro dos processos eleitorais, sendo o hábito de relatar as atividades cotidianas uma característica isolada de algumas diretorias. A sua atuação enquanto mediadora entre o poder público e a comunidade se destacam, principalmente, na mediação de recursos e execução de obras públicas.

A presença da Igreja Católica em favelas como o ASL ocorreu essencialmente por meio de religiosos sensíveis à Teologia da Libertação e a grupos de CEBs que a representavam, o que contribuiu para o processo de mobilização e organização comunitária. A Paróquia local exerceu um incentivo importante na união das comunidades do ASL, tanto através de atividades religiosas como sociais. Esse elemento favoreceu a dinâmica política das associações, estimulada pela circulação dos moradores entre todas as vilas. Tal trajeto favorecia um maior engajamento comunitário, na busca por melhorias nas condições de vida de sua população. Sua influência dava-se desde a realização de reuniões com as associações à indicação de seus futuros dirigentes.

A credibilidade atribuída às associações de bairro é fruto direto da relação estabelecida entre moradores e dirigentes. Na medida em que a procura pela associação se converte na resposta ao anseio de um determinado problema, ela passa a ser referência, seja para dirimir conflitos entre os moradores ou entre esses e a Prefeitura. As associações de bairro em suas funções mais genuínas, por vezes, substituíam o próprio Estado passando inclusive a ser confundida como parte do poder público pelo morador comum. Perante a ausência do Estado, tornaram-se referência de Estado, com a presença do Estado, tornaram-se objetos do Estado.

A capacidade de uma vila se mobilizar pelos seus direitos era o que garantia, por parte do poder público, a percepção de sua existência. A vazão das insatisfações materializa-se por meio do protesto. O protesto é o grito que afirma a existência daqueles que estão sendo esmagados por um poder opressor. A conquista de equipamentos públicos representa, no universo de reivindicações dessas comunidades, a aquisição do

título de cidadão. O pertencimento à Cidade envolve, desse modo, o morar e usufruir de serviços e direitos outrora disponíveis apenas ao morador da cidade formal.

Verificamos que o associativismo de bairro também constituiu um elo burocrático entre o bairro ou vila e a administração municipal e que à medida que suas reivindicações iam sendo alcançadas, se gerava uma desmobilização que retirava o sentido da luta. Esse elemento corresponde ao indício de que a mobilização possuía um caráter local e que questões universais, relacionadas a urbanização e moradia, por exemplo, eram deixadas de lado pela maioria dos moradores frente às necessidades locais e imediatas que eram atendidas pelo poder público. Os problemas estruturais ficavam desse modo, restritos às lideranças participantes de órgãos federativos de representação dos moradores de favela.

A capacidade das associações de bairro para ampliar suas reivindicações a um contexto da cidade, estado ou país era o que as tornava um Movimento Social. A existência da UTP e outras federações de moradores de favelas em todo Brasil fundamentam a reflexão de que o associativismo de bairro não era uma atividade política isolada em si mesma. Estariam as associações de bairro pensando o Brasil ou pensando apenas nos buracos das ruas e vielas? A relação que as associações estabeleciam entre elas nos indica que sua abrangência ia além dos becos da favela.

O associativismo de bairro em Belo Horizonte se converteu em um instrumento do poder público para mobilização de comunidades, em especial, periféricas, para canalizar suas demandas através do Orçamento Participativo. Em decorrência desse processo, as associações de bairro passaram a ter os seus objetivos esvaziados, não representando oposição ao poder público, mas convertendo-se em um aliado de baixíssimo custo uma vez que não há remuneração dessas lideranças e elevado benefício para as condições de exercício do poder.

A institucionalização de ferramentas de participação política, como o OP, passaram a exercer o papel fundador do associativismo de bairro enquanto mediador entre o morador e a Prefeitura. Essa característica contribuiu a um esvaziamento dos objetivos das associações, na medida em que passaram a definir a sua atuação em função de solicitações da Prefeitura, agindo terminantemente como um órgão submisso ao poder público.

A apreciação em torno à potencialidade do OP como contraposição ao modelo hegemônico de democracia (Santos, 2002), esbarra no processo de institucionalização do

que seria esse mecanismo de democracia participativa, embora se tratasse de um movimento previsto pelo próprio autor. Desse modo, verificamos que todo o processo hegemônico é gerador de exclusão. Essa hegemonização pode ser caracterizada com a própria institucionalização do OP, que inibiu outras formas de participação e reivindicação popular através da institucionalização da democracia e da produção de consensos políticos.

As associações de bairro constituíram a maior alternativa encontrada para mobilizar a comunidade a lutar pela aquisição de direitos sociais, entendidos no direito básico à moradia e aquisição de equipamentos públicos. Apesar de inibir os Movimentos Sociais, a repressão do Regime Militar não conseguiu frear o ímpeto de mudanças queurgia dos mais variados segmentos da população brasileira, sobretudo os menos favorecidos. Além da repressão, a cooptação política representou um dos maiores desafios a esses movimentos populares, que se depararam com lideranças subornadas por vantagens pessoais ou mesmo associações amarradas ao clientelismo eleitoral de políticos ou partidos.

A mobilização social aparece como um eixo norteador dessa pesquisa. Os Movimentos Sociais reinventam-se porque também redescobrem novas formas de mobilização para o enfrentamento de lacunas sociais provocadas pela omissão ou mesmo opressão do Estado. O ciberespaço se anuncia hoje como promessa de nova fórmula de mobilização popular no século XXI. Na favela, bairro, cidade, estado ou país a internet se tornou um importante aliado dos movimentos associativos na efetivação dos direitos humanos e sociais, outrora presente apenas em textos constitucionais e discursos demagógicos de políticos corruptos.

Podemos observar que ao longo das duas últimas décadas se registraram significativas mudanças na mentalidade e postura dos moradores do ASL. Mudaram as suas expectativas quanto ao futuro, com moradores ocupando “nobres” profissões com bons salários. Suas ambições foram alteradas por meio da promoção de cursos diversos e não somente aqueles estigmatizados ao trabalho braçal. No que se refere às posturas políticas, o voto embora fragmentado para moradores e membros da elite da Capital nas eleições municipais, assumiu contornos que indicam recuo das relações clientelistas das décadas de 1970 e 1980. A participação ganhou contornos diferenciados com a utilização cada vez maior do ciberespaço.

A democracia moderna apresenta conforme vimos um atrelamento ao liberalismo que expõem uma contradição à efetivação dos seus princípios fundadores (Mouffe, 1996). Dessa forma, o modelo interposto de democracia em sua característica neoliberal, não apresenta em seu horizonte a efetivação do exercício pleno da cidadania como um bem supremo e universal. Essa constatação nos leva a entender que tanto a democracia, quanto a cidadania são um processo de perene construção social, avalizados essencialmente por cada sociedade em suas posturas mais diversas de ação ou omissão.

A apreciação de que a luta do associativismo de bairro contribuiu para a efetivação da democracia no Brasil, leva-nos a concluir que embora a Constituição Federal de 1988 correspondesse a uma série de exigências internacionais que colocavam o país no eixo econômico neoliberal global, a intervenção popular produziu um efeito que redefiniu, a partir dessa Constituição, o conceito de cidadania ao estabelecer na “contra-mão” do modelo democrático ocidental um processo de inclusão social jamais visto em sua história constitucional.

A mobilização popular verificada no ASL foi responsável por inserir essa comunidade no contexto nacional como protagonista de uma série de ineditismos verificados em uma favela. A visibilidade política, favorecida pela sua localização geográfica e somada a uma tradição histórica de participação e luta, levaram o Morro a se tornar não o melhor lugar para se viver, mas um bom lugar para se aprender a viver. Desse modo, revisar a contribuição dos atores sociais de vilas e favelas para o amadurecimento da democracia brasileira equivale a valorizar o fato de que o Morro ensina tanto quanto pode ser ensinado.

ANEXOS:

Conteúdos disponibilizados em mídia digital (*Compact Disc*):

- Anexo 01: Publicação do jornal “Mundo Jovem” sobre atuação das CEBs publicado em Novembro de 1994.
- Anexo 02: Relatório Anual das Irmãs do Sagrado Coração de Jesus de 1989 aponta 100 barracos destruídos por deslizamentos.
- Anexo 03: Ata de reunião de lideranças da Vila São Bento, realizada em setembro de 1999.
- Anexo 04: Certidão de Registro da UTP
- Anexo 05: Estatuto da UTP realizado junto ao cartório Jero Oliva em Belo Horizonte p.1.
- Anexo 06: Estatuto da UTP realizado junto ao cartório Jero Oliva em Belo Horizonte p.2.
- Anexo 07: Relatório Anual das Irmãs do Sagrado Coração de Jesus de 1989, que aponta a opção radical de Irmã Francisca em morar sozinha no Aglomerado Santa Lúcia.
- Anexo 08: Registro da Diretoria da UCBSL referente ao biênio 1997-1999 p.1.
- Anexo 09: Registro da Diretoria da UCBSL referente ao biênio 1997-1999 p.2.
- Anexo 10: Mapeamento do Associativismo Civil no Município de Belo Horizonte. Observatório de Políticas Urbanas- PROEX/PUC Minas 2005.
- Anexo 11: Ata de reunião da UCBSL em que se discute o fechamento do posto odontológico.
- Anexo 12: Relatório Anual das Irmãs do Sagrado Coração de Jesus de 1988, em que se apontam situação da população local e a violência por parte da polícia.
- Anexo 13: Certificado de Registro da UCBSL
- Anexo 14: Registro da 1ª Diretoria da UCBSL até a Diretoria de 1995 p.1.
- Anexo 15: Registro da 1ª Diretoria da UCBSL até a Diretoria de 1995 p.2.
- Anexo 16: Registro da 1ª Diretoria da UCBSL até a Diretoria de 1995 p.3.
- Anexo 17: Registro da 1ª Diretoria da UCBSL até a Diretoria de 1995 p.4.

- Anexo 18: Registro da 1ª Diretoria da UCBSL até a Diretoria de 1995 p.5.
- Anexo 19: Ata de Fundação da UCBSL.
- Anexo 20: Ata da eleição de 1988 da UCBSL.
- Anexo 21: Ata de Fundação da Associação Comunitária Alto Santa Lúcia.
- Anexo 22: Ação Judicial para anulação do pleito eleitoral de 1988 da UCBSL.
- Anexo 23: Ata de reunião da UCBSL em que se atesta o recebimento de recursos da GTZ e governo brasileiro, bem como sua finalidade.
- Anexo 24: Ofício emitido pela Kirche in Not, informando doação para ações sociais e religiosas no ASL.
- Anexo 25: Livro do Tombo da Paróquia Nossa Senhora do Morro, em que consta relação da Paróquia local e associações do ASL no âmbito de sua fundação.
- Anexo 26: Mapeamento do Associativismo Civil no Município de Belo Horizonte. Observatório de Políticas Urbanas - PROEX/PUC Minas 2005.
- Anexo 27: Carteira de sócio do vice presidente da UCBSL João Régio dos Santos à Liga Desportiva da Barragem Santa Lúcia.
- Anexo 28: Mapeamento do Associativismo Civil no Município de Belo Horizonte. Observatório de Políticas Urbanas - PROEX/PUC Minas 2005.
- Anexo 29: Carta Aberta do Padre Mauro Luiz da Silva, vigário da Paróquia Nossa Senhora do Morro, criticando o Orçamento Participativo.
- Anexo 30: Rascunho de Ofício da UCBSL à escola local cobrando posturas de sua direção.
- Anexo 31: Levantamento do Projeto Comunidade da UFMG.
- Anexo 32: Guião de Entrevista
- Anexo 33: Cessão de direitos Davi José do Amaral
- Anexo 34: Cessão de direitos João Régio dos Santos
- Anexo 35: Cessão de direitos José Pedro Moreira
- Anexo 36: Cessão de direitos Luiz Carlos Moreira da Costa
- Anexo 37: Cessão de direitos Manoel Antão de Melo
- Anexo 38: Cessão de direitos Manoel Ferreira dos Santos
- Anexo 39: Cessão de direitos Marcos Guimarães Silva
- Anexo 40: Cessão de direitos Miltes Maria de Jesus

- Anexo 41: Cessão de direitos Paulo Roberto Braga
- Anexo 42: Cessão de direitos Raimundo Nonato Marinho
- Anexo 43: Cessão de direitos Zaíra Faria de Oliveira
- Anexo 44: Cessão de direitos Centro de Defesa Coletiva
- Anexo 45: Cessão de direitos Paróquia Nossa Senhora do Morro
- Anexo 46: Cessão de direitos União Comunitária da Barragem Santa Lúcia
- Anexo 47: Entrevista Davi José do Amaral
- Anexo 48: Entrevista João Régio dos Santos
- Anexo 49: Entrevista José Pedro Moreira
- Anexo 50: Entrevista Luiz Carlos Moreira da Costa
- Anexo 51: Entrevista Manoel Antão de Melo
- Anexo 52: Entrevista Manoel Ferreira dos Santos
- Anexo 53: Entrevista Marcos Guimarães Silva
- Anexo 54: Entrevista Miltes Maria de Jesus
- Anexo 55: Entrevista Paulo Roberto Braga
- Anexo 56: Entrevista Raimundo Nonato Marinho
- Anexo 57: Entrevista Zaíra Faria de Oliveira

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Alves, Josemeire Pereira et al., (2007) Da Fazenda do Cercadinho às torneiras de água: os primeiros anos do Aglomerado Santa Lúcia. *Revista Vista da Laje*, 1,4-9.

Avritzer, Leonardo; Sanches, Felix (2004), *O Associativismo Paulistano*. Belo Horizonte: UFMG.

_____, Sociedade civil e participação no Brasil democrático, in Avritzer, Leonardo (org.) (2009) *experiências nacionais de participação social*. São Paulo: Cortez.

Azevedo, Sérgio de; Nabuco, Ana Luiza (Orgs.) (2009), *Democracia Participativa: a experiência de Belo Horizonte*. Belo Horizonte: Leitura.

Araújo, Cícero (2009) República, participação e democracia, in Avritzer, Leonardo (org.) (2009) *experiências nacionais de participação social*. São Paulo: Cortez.

Associação de Moradores da Barragem Santa Lúcia: Suas relações com as instituições e seu papel na comunidade (1983), Documento para I Encontro de Ensino Pesquisa e Extensão da Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte: UFMG.

Bobbio, Norberto (2004), *Dicionário de Política*. São Paulo: UNB.

Boff, Leonardo (1986), *E a igreja se fez povo*. Ecclesilogênese: A Igreja que nasce da fé do povo. Rio de Janeiro: Petrópolis.

Boltanski, Luc e Chiapello, Ève (2009), *O novo espírito do capitalismo*. São Paulo: Martins Fontes.

Bravo, Maria Inês Souza e Pereira, Potyara A. P. (2002), *Política Social e Democracia*. Rio de Janeiro: UERJ.

Criterion- (2003), *Avaliação de Políticas Públicas*. Pesquisa sobre cultura associativa em São Paulo.

Cunha, Eleonora Schettini M.; Pinheiro Márcia Maria Biondi (2009) Conselhos nacionais: condicionantes políticos e efetividade social, in Avritzer, Leonardo (org.) (2009) *experiências nacionais de participação social*. São Paulo: Cortez.

Davis, Mike (2006), *Planeta Favela*. São Paulo: Boitempo.

Doimo, Ana Maria (1984), *Movimento Social Urbano, Igreja e Participação Popular*. Rio de Janeiro: Petrópolis.

_____; Scotson, John. (2000) *Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

Estanque, Elísio (2003), “Um Sociólogo na Fábrica: para uma metodologia de envolvimento social”, in Caria, Telmo (org.), *Metodologia e Experiência Etnográfica em Ciências Sociais*. Porto: Afrontamento (pp. 61-76).

Fernandes, Edésio; Pereira, Helena D. (2010), “Legalização das Favelas: Qual é o problema de Belo Horizonte?” Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Pesquisado em 07 de Janeiro de 2011. Disponível em:

<http://www.ipea.gov.br/ppp/index.php/PPP/article/viewFile/171/184>

Ferreira, Walkíria Regis Carvalho Alves (1987), *Informações Gerais sobre a Comunidade Barragem Santa Lúcia*. Belo Horizonte: Documento da Regional Belo Horizonte, SETAS.

Gohn, Maria da Glória (1995), *História dos Movimentos e Lutas Sociais: A Construção da Cidadania dos Brasileiros*. São Paulo: Loyola.

____ (1997), *Teoria dos Movimentos Sociais: Paradigmas Clássicos e Contemporâneos*. São Paulo: Loyola.

Guimarães, Juares Rocha (2009), *Culturas brasileiras da participação democrática*, in Avritzer, Leonardo (org.) (2009) *experiências nacionais de participação social*. São Paulo: Cortez.

IBGE 2010, *Evolução demográfica de Belo Horizonte (1900-2009)*, em *hab*. Pesquisado em 19 de Maio de 2011. Disponível em: http://pt.wikipedia.org/wiki/Belo_Horizonte (Gráfico) http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/tabelas_pdf/total_populacao_minas_gerais.pdf

Lambertucci, Antônio Roberto (2009), *A participação social no governo Lula*, in Avritzer, Leonardo (org.) (2009) *experiências nacionais de participação social*. São Paulo: Cortez.

Libânio, Clarice de Assis (2004) *Guia cultural das vilas e favelas de Belo Horizonte*. Belo Horizonte: Rona.

Maia, Rui Leandro (org.) (2002), *Dicionário de Sociologia: dicionários temáticos*. Porto: Porto Editora.

Manso, Heloisa Maria Mello (1996). *Associação de Moradores seus significados e suas armadilhas*. Dissertação de Mestrado em Sociologia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Belo Horizonte: UFMG.

Monteiro, Alcides A. (2004). *Associativismo e novos laços sociais*. Coimbra: Quarteto.

Moroni, José Antônio (2009), O direito a participação no governo Lula, in Avritzer, Leonardo (org.) (2009) *experiências nacionais de participação social*. São Paulo: Cortez.

Mouffe, Chantal. (1996) *O regresso do político*. Lisboa: Gradiva.

Nabuco, Ana Luiza et. al., (2009), *A Experiência do Orçamento Participativo Digital em Belo Horizonte: O Uso das Novas Tecnologias no Fortalecimento da Democracia Participativa* Pesquisado em 10 de Junho de 2011. Disponível em: http://www.ip.pbh.gov.br/ANO11_NI_PDF/a_experiencia_do_orcamento_participativo_digital_em_belo_horizonte.pdf

Norbert, Elias. (1997) *Envolvimento e Distanciamento*. Lisboa: Dom Quixote.

Pólus de Cidadania (2010), *Diagnóstico Sócio-econômico da Vila São Bento*. Belo Horizonte: Pesquisa.

Ribeiro, Luiz Cesar de Queiroz; Santos Junior, Orlando Alves (1996). *Associativismo e participação social: tendências da organização popular no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Fase.

Santos, Boaventura de Souza (org.) (2002), *Democratizar a Democracia: Os caminhos da democracia participativa*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

Somarriva, Maria das Mercês G. et al., (1984), *Lutas Urbanas Em Belo Horizonte*. Belo Horizonte: Vozes.

_____, (1996), *Movimento Reivindicatório Urbano e Política em Belo Horizonte* in Dulci, Otávio Soares (org.) (1996), *Belo Horizonte: Poder, Política e Movimentos Sociais*. Belo Horizonte: C/Arte.

Souza, Patrus Ananias de. *Política e Administração em Belo Horizonte* in Dulci, Otávio Soares (org.) (1996), *Belo Horizonte: Poder, Política e Movimentos Sociais*. Belo Horizonte: C/Arte.

Zaluar, Alba; Alvito, Marcos (orgs.) (1998), *Um Século de Favela*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas.